

Avança a frente ampla contra o fascista Ato une 16 partidos pela democracia e pelo Fora Bolsonaro

“É imprescindível que a sociedade se una e se erga para preservar sua liberdade”, diz manifesto

O movimento Direitos Já! realizou, na quarta-feira (15), um ato em defesa da democracia e do impeachment de Jair Bolsonaro com lideranças e parlamentares de 16 partidos. “Não há saída possível que não a interrupção definitiva desse ciclo

autoritário e o momento atual é gravíssimo e crucial”, afirma o manifesto do movimento, coordenado pelo sociólogo Fernando Guimarães. Estiveram presentes lideranças do PSB, PDT, PSD, PCdoB, DEM, PL, Cidadania, da Rede, MDB, Solidariedade, PSol, PT, Podemos, PSDB, PV, PSL. **P. 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

57% afirmam que nunca confiam no que Bolsonaro diz; 15% confiam

Segundo pesquisa Datafolha, 57% dos brasileiros não confiam nunca no que Bolsonaro diz, 28% disseram que às vezes confiam, enquanto apenas 15% sempre confiam. Esse índice tem crescido de forma desfavorável a Jair Bolsonaro. Em julho, 55% não confiavam em nada, enquanto em maio este número era de 50%. A pesquisa foi feita entre os dias 13 e 15 de setembro. **Página 3**

Gás de cozinha sobe cinco vezes mais que inflação

Desde o início do ano, o preço médio do botijão de gás aos consumidores ubiu quase 30%, chegando a ser vendido a R\$ 135 na região Norte do país, segundo a ANP. **Pág. 4**



Refugiados da fome, imigrantes haitianos são caçados nos EUA como animais

Deportação de haitianos pelos EUA afronta direitos humanos

“Que o ICE [órgão norte-americano] continue a realizar as deportações em massa de nossos vizinhos haitianos – com o Haiti em meio a sua pior

crise política, de saúde pública e econômica – é cruel e insensível”, desabafou ao The Hill a deputada norte-americana Ayanna Pressley, de Massa-

chussets, estado que tem a terceira maior diáspora haitiana. O Haiti vive uma crise grave, economia destruída, golpe de estado e terremoto. **Pág. 7**

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e divulgado na sexta-feira (17) aponta que a proporção de famílias sem renda oriunda de atividades profissionais atingiu 28,5% no segundo trimestre de 2021, o que significa

que em quase três a cada dez lares, ninguém tem trabalho. São 46 milhões de pessoas. A situação tem se agravado. Do início da pandemia até agora, aproximadamente 9,5 milhões de pessoas passaram a viver em lares sem renda do trabalho no Brasil. **Pág. 2**

“Economia entra em rota de estagflação”, aponta Nilson

“Até mesmo os agentes do chamado mercado, que costumam mostrar um mundo cor-de-rosa, já estão prevendo estagnação econômica no ano que vem”, afirma o economis-

ta Nilson Araújo de Souza, ao HP. A estagflação é “um fenômeno que combina perversamente o pior dos mundos: estagnação econômica com inflação”, afirma. **Pág. 2**

Aplicação de drogas pela Prevent sem conhecimento dos pacientes faz lembrar o macabro Mengele

Em texto, com lembrança pertinente, “Aplicar drogas em humanos sem sua autorização lembra Mengele”, o jornalista Ricardo Noblat fez associação entre o “estudo” da Prevent

Senior - que usou pacientes como cobaia, onde vários morreram - e os experimentos dos nazistas nos campos de concentração e extermínio na 2ª Guerra Mundial. **Página 3**

Apagão atinge cidades de Minas e do Rio de Janeiro

A crise energética que o governo Bolsonaro permitiu que acontecesse trouxe de volta a ameaça de apagão para nosso país. Na noite do sábado (18), 60 cidades dos estados do Rio

de Janeiro e de Minas Gerais registraram falta de energia. Segundo relatos de moradores nas redes sociais, a falta de energia teve início por volta das 21h30. **Página 4**

Bolsonaro diz que país tem “excesso de professores”

Aumento do IOF devasta ainda mais a economia

Economistas e especialistas do setor financeiro afirmaram neste sábado (18) que o aumento da alíquota do imposto sobre operações financeiras (IOF) afetará o já prejudicado financiamento.

Na sexta-feira (17), Bolsonaro, em um canetaço, aumentou o imposto sobre as operações financeiras (IOF), prejudicando ainda mais a vida das famílias e empresas que precisam de crédito e travando novos investimentos.

Acossado por 53% de rejeição – pior índice do mandato – segundo a pesquisa Datafolha, Bolsonaro divulgou que vai ampliar a cobertura do Auxílio Brasil, antigo Bolsa Família. Os custos da ampliação do programa serão bancados com o aumento do imposto, que começa a valer a partir da próxima segunda-feira (20) até 31 de dezembro deste ano.

“DESPIU UM SANTO PARA COBRIR OUTRO”

Na avaliação da LCA Consultores, “de um lado, com o Auxílio Brasil, o governo aumentará a renda de uma faixa da população que tem uma elevada propensão ao consumo”.

“Por outro lado, o crédito fica mais caro para as famílias adquirir bens de consumo. Para a empresa haverá um aumento de sua despesa financeira nos empréstimos para financiar suas necessidades de capital de giro, ou seja, maior custo” disse a consultoria ao Valor.

“Isso significa um custo operacional para uma empresa que tem de tomar crédito para o capital de giro ou fazer uma antecipação de recebíveis. E para uma pessoa física financiar um bem”, destacou o economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Nicola Tingas, que avalia que no conjunto da economia mediada terá um impacto inflacionário.

As novas alíquotas diárias do IOF para pessoas físicas subirão dos atuais 3,0% para 4,08% e nas operações feitas por empresas passarão de 1,5% anual para 2,04% anual. O governo espera arrecadar R\$ 2,14 bilhões com o aumento na alíquota do IOF.

A analista do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG), Débora Freire, alerta que o aumento da alíquota do Imposto para custear o Auxílio Brasil pesará mais para as famílias pobres, que são alvo do próprio programa.

“O IOF é um tributo indireto [e aumentar] é ruim para a economia porque, da forma como foi feito, encarece o crédito e aumenta o custo de endividamento tanto para pessoa física quanto para jurídica”, afirmou a economista também ao Valor.

“Estamos saindo de uma pandemia em que empresas e famílias estão muito endividadas e adotamos uma medida para endividá-las ainda mais. Será mais um custo para elas lidarem, em um cenário de inflação alta corroendo a renda e desemprego elevado, que contribui para diminuir a renda das famílias”.

Leia mais no site: <https://horadopovo.com.br/para-economistas-e-analistas-alta-do-iof-devasta-ainda-mais-a-economia-do-pais/>

Bolsonaro veta ajuda para os pequenos agricultores prejudicados pela pandemia

Jair Bolsonaro vetou integralmente na sexta-feira (17) o projeto de lei de socorro aos pequenos produtores que foram afetados economicamente pela pandemia de Covid-19. Aprovado pelo Congresso no mês passado, o projeto previa que a União teria de pagar um auxílio de R\$ 2,5 mil por família para produtores em situação de pobreza e extrema pobreza. No caso de mulher agricultora familiar, o benefício seria de R\$ 3 mil.

O texto também previa um benefício maior, R\$ 3,5 mil, quando o projeto de estruturação contemplar a implementação de fossas sépticas, cisternas ou outras tecnologias de acesso à água para consumo e produção de alimentos. De acordo com o texto vetado, o auxílio para agricultores familiares

deveria valer até 31 de dezembro de 2022.

Dentro do Programa de Atendimento Emergencial à Agricultura Familiar previa-se o benefício de até R\$ 6 mil anuais por unidade familiar e, em caso de mulheres agricultoras, de até R\$ 7 mil para compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Outro ponto relevante do projeto é que o texto também autorizava a prorrogação de dívidas rurais até dezembro de 2022.

Além disso, o projeto de lei criava o Conselho Monetário Nacional (CMN), que deveria criar, até o fim de 2022, linhas de crédito rural para o agricultor familiar e pequenos produtores de leite, com taxa zerada de juros ao ano.

‘Economia brasileira entra em rota de estagflação’, diz Nilson Araújo



Nilson Araújo: elevar a taxa de juros provoca a queda da demanda das famílias, das empresas e do governo e joga a demanda total para baixo



Inflação é dramática para os mais pobres, aponta Ipea

Sem comida, sem luz e sem gás de cozinha

O Brasil vive uma grave crise inflacionária, com a variação média de preços atingindo 9,68% em 12 meses até agosto. Para os mais pobres, cujo consumo é baseado em produtos de primeira necessidade – como alimentos e gás de cozinha – a pressão é ainda maior. A pesquisa mensal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que avalia o impacto da inflação nas diferentes classes sociais divulgada nesta quarta-feira (15), mostra que a variação de preços sentida pelas famílias de renda muito baixa é de 10,63% nos 12 meses até agosto.

O que mais pesou no bolso do consumidor, chegando ao extremo de inviabilizar parte dos brasileiros a consumir itens indispensáveis da sua alimentação diária foram: **alimentos em domicílio, cujo avanço foi de 16,6%; a energia elétrica, que teve**

aumento de 21,1% em 12 meses; o gás de botijão, com 31,7% de aumento; além do avanço dos preços nos medicamentos, de 5,6%. O instituto ressalta que a inflação alta dos alimentos, sobretudo, foi determinante para o impacto nas famílias das três primeiras faixas de renda pesquisadas. O Ipea destaca o aumento de itens importantes como o do frango (4,5%) e dos ovos (1,6%), que antes substituíam a carne de boi, a alta da batata (20%), do açúcar (4,6%) e do café (7,6%).

“Os alimentos, ao contrário do que era esperado, voltaram a impactar a inflação, principalmente para os mais pobres, e não era imaginado um quadro tão ruim para a energia elétrica”, afirma a pesquisadora Maria Andreia Parente Lameiras, responsável pela pesquisa do Ipea.

46 milhões de brasileiros vivem em lares sem renda do trabalho

Aproximadamente 9,5 milhões de pessoas passaram a viver em lares sem renda do trabalho no Brasil do início da pandemia até agora. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e divulgado nesta sexta-feira (17) aponta que a proporção de famílias sem renda oriunda de atividades profissionais atingiu 28,5% no segundo trimestre de 2021, o que significa que em quase três a cada dez lares, ninguém tem trabalho. São 46 milhões de pessoas.

No quarto trimestre de 2019, período usado para a comparação dos dados, a proporção era de 23,54%, o equivalente a 36,5 milhões de pessoas.

Veja matéria completa no site: <https://horadopovo.com.br/46-milhoes-de-brasileiros-vivem-sem-renda-do-trabalho-aponta-ipea/>

Com inação do governo, país perdeu 581 empregadores em dois anos

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) do IBGE apontam que o Brasil perdeu quase 600 mil empregadores no intervalo de dois anos. No segundo trimestre de 2019, isto é antes da pandemia, no Brasil havia 4,369 milhões de empregadores. O maior contingente para o intervalo de abril a junho na série histórica, com dados a partir de 2012.

O resultado mais recente, se

comparado a igual período de 2019, corresponde a uma baixa de 13,3% —ou 581,3 mil empregadores a menos em dois anos. Com mais 32 milhões de pessoas em busca de emprego no país, o professor de Economia do Insper, Sérgio Firpo, destacou que a recuperação dos empregadores é fundamental para a abertura de novos postos de trabalho no país. “Sabemos o quanto burocrática é a tarefa de se estabelecer como empregador no país, porque existem entraves, e vimos uma queda no grupo relacionada à pandemia”, disse Firpo à Folha de S. Paulo, completando que “o ponto é que, ao deixar sua atividade, o empregador deixa de empregar alguém. Isso tem um efeito multiplicador na renda dele e de outros trabalhadores”.

“Um fenômeno que combina perversamente o pior dos mundos: estagnação econômica, ou seja, paralisação do crescimento econômico (e pior: com desemprego elevado), com inflação, isto é, a subida generalizada dos preços”, alertou o economista

professor Nilson Araújo de Souza, organizador do livro “O pensamento Nacional Desenvolvimentista”, doutor em economia pela Universidade Autónoma do México (Unam), e pós-doutor pela USP, afirmou ao HP, nesta sexta-feira (16), que “o Brasil está com paralisação do crescimento econômico (e pior: com desemprego elevado) e com inflação, isto é, a subida generalizada dos preços”.

“Até mesmo os agentes do chamado mercado, que costumam mostrar um mundo cor-de-rosa, já estão prevenindo estagnação econômica no ano que vem. Depois de marcarem um pouco mais de 2% de crescimento do PIB, baixaram suas expectativas para menos de 1%: o banco estadunidense J. P. Morgan cravou 0,9% e o brasileiro Itaú, 0,5%; a consultoria MB Associados, 0,4%”, observou o economista.

Segundo Nilson Araújo, “a ortodoxia monetarista ultraneoliberal que infesta o BC propala que a inflação é sempre um fenômeno provocado pelo excesso de demanda e adota a taxa de juros como instrumento não apenas principal, mas exclusivo para conter a demanda e, portanto, combater a inflação. Ao elevar a taxa de juros, provoca a queda da demanda das famílias, das empresas e do governo e joga a demanda total para baixo”.

Confira a entrevista na íntegra.

HORA DO POVO: Já há previsão de PIB de menos de 1% em 2022. Ao mesmo tempo a inflação já se aproxima de dois dígitos. Como você avalia essa situação?

NILSON ARAÚJO: A economia brasileira entra em rota de estagflação, um fenômeno que combina perversamente o pior dos mundos: estagnação econômica, ou seja, paralisação do crescimento econômico (e pior: com desemprego elevado), com inflação, isto é, a subida generalizada dos preços.

Quando o IBGE divulgou os dados do PIB do primeiro trimestre deste ano, o ministro da Economia soltou rojões e prometeu que a economia já havia superado a recessão e retomado o crescimento. O tal do “crescimento em V”.

Mas, quando saíram os dados do segundo trimestre, que revelaram um ligeiro declínio do PIB, na comparação com os primeiros três meses do ano, ele já não tinha o que comemorar.

Mesmo que a economia não cresça mais nada neste segundo semestre, vai aparecer um crescimento do PIB deste ano, quando comparado ao PIB de 2020. Isso, em grande medida, por mero efeito estatístico (considerando que a produção do primeiro trimestre deste ano está acima da média do ano passado) e porque a comparação será com o fundo do poço, já que no ano passado houve um declínio de 4%.

No entanto, até mesmo os agentes do chamado mercado, que costumam mostrar um mundo cor-de-rosa, já estão prevenindo estagnação econômica no ano que vem. Depois de marcarem um pouco mais de 2% de crescimento do PIB, baixaram suas expectativas para menos de 1%: o banco estadunidense J. P. Morgan cravou 0,9% e o brasileiro Itaú, 0,5%; a consultoria MB Associados, 0,4%. A responsabilidade é inteiramente do governo Bolsonaro e sua equipe econômica ultraneoliberal. Que empresário vai investir na atividade produtiva neste clima de instabilidade e, portanto, de insegurança promovido pelo Presidente com suas frequentes ameaças de ruptura institucional? Não bastasse isso, a proposta orçamentária para 2022 prevê o menor nível de investimento público dos últimos 12 anos. Para agravar, o BC deflagrou uma verdadeira escalada da Selic, a taxa básica que

regula o conjunto das taxas de juros do País (de março pra cá, já subiu de 2% ao ano para 5,25%, e o presidente do BC ameaça que essa escalada não tem limites). E, para completar, o mercado interno está sendo estrangulado pela queda da renda real do trabalho.

HP: Como, mesmo diante da estagnação da economia, a inflação recrudescer?

NILSON ARAÚJO: A inflação, que retornou no ano passado pela subida dos preços dos alimentos, já alcançou os combustíveis e as tarifas públicas, a começar pela energia elétrica, generalizando-se para outros setores. O IPCA dos últimos 12 meses encerrados em agosto se aproxima perigosamente dos dois dígitos (9,68%). Segundo o IPEA, a carestia é mais alta para os mais pobres (10,63%). Os preços dos alimentos simplesmente explodiram: nos doze meses terminados em junho último, o óleo de soja subiu 83,79%, o feijão fradinho 48,19%, o peito bovino 47,74%, o arroz 46,21%, músculo, 46,06%, paleta bovina 45,54%, costela bovina 45,22%, e por aí vai (IBGE).

E não se trata, como a burrice e a insensibilidade do Presidente alardearam, de que o povo esteja comendo mais. Não é uma inflação de demanda. Como gastar mais se, segundo o IBGE, o povo está ganhando menos? Mais grave ainda: se amarga o maior desemprego da nossa história (32,2 milhões entre desempregados e subempregados)? Se 125 milhões de pessoas, vivendo em 60 por cento dos domicílios do País, padecem de insegurança alimentar?

A atual corrida dos preços resulta de um choque de oferta. Começou no ano passado pelos alimentos, quando o governo deixou de comprar a produção durante a safra para formar estoque regulador, deixando escapar a produção agrícola para o exterior, engendrando escassez no mercado interno. Agrava-se a situação porque a produção agrícola, apelidada de commodity, tem seu preço cotado em dólar, e como, além do aumento do preço em dólar no mercado internacional, essa moeda valorizou-se do ano passado para cá, o preço em real aumentou: entre o final de janeiro de 2020 e o final de janeiro de 2021, o real desvalorizou-se em 21,7% em relação ao dólar; o dólar não aumentou muito neste ano, mas a cotação, além de haver permanecido em um nível elevado (oscilou entre R\$5 e R\$ 6), tem se comportado como uma verdadeira gangorra. E tem impacto em outros setores. E o caso do milho e da soja, que serve de ração para aves, suínos e bovinos.

O preço dos combustíveis também disparou: o litro da gasolina chegou a alcançar a média de R\$ 6, em alguns casos atingindo R\$ 7. Isso porque, adotando o chamado Preço de Paridade Internacional, expressão do preço do barril do petróleo cotado em dólar e da taxa de câmbio, sofreu também devido a valorização do dólar. E não havia porque dolarizar os combustíveis, considerando que o Brasil é autossuficiente em petróleo e tem capacidade suficiente de refino para abastecer o mercado interno. O problema é que o Brasil está exportando petróleo em bruto e importante derivados. O aumento do preço dos combustíveis impacta não apenas o seu consumidor direto. Provoca também o aumento do frete e, portanto, do preço das mercadorias transportadas e as tarifas de transporte urbano.

As tarifas de energia elétrica estão aumentando não é devido apenas à crise hídrica, que está levando ao maior uso das termoeletricas, mas também ao critério de remuneração das empresas do setor, que leva em consideração a variação do câmbio.

Portanto, o comportamento do dólar tem um papel decisivo no comportamento dos preços aqui no País. E como se a economia fosse dolarizada. Esse é um dos principais males de uma economia dependente.

Assim, a valorização do dólar desde o ano passado tem impactado na subida dos preços e nessa escalada inflacionária. E, depois de atingir setores chaves, como o de alimentos, combustíveis e energia, se generaliza para outros setores. E por que o dólar tem se valorizado? Parte da explicação está na melhora da economia dos EUA, a qual está atraindo dólares espalhados pelo mundo. Mas a valorização do dólar em relação ao real tem sido maior do que em relação a outras moedas. Por quê? Mais uma vez, o clima de instabilidade provocado por Bolsonaro. Chegou a ponto de exportadores preferirem deixar lá fora suas receitas de exportação do que internalizar. Ironicamente, isso ocorre durante o governo mais entreguista da nossa história.

HP: O presidente do BC afirmou que seguirá subindo os juros. Como você vê essas medidas?

NILSON ARAÚJO: A ortodoxia monetarista ultraneoliberal que infesta o BC propala que a inflação é sempre um fenômeno provocado pelo excesso de demanda e adota a taxa de juros como instrumento não apenas principal, mas exclusivo para conter a demanda e, portanto, combater a inflação. Ao elevar a taxa de juros, provoca a queda da demanda das famílias, das empresas e do governo e joga a demanda total para baixo. Mas, mesmo se a inflação fosse de demanda, não está garantido que ela seria debelada pela elevação da taxa de juros. Pois, numa economia monopolizada, os cartéis, basicamente de origem estrangeira, compensam a queda das vendas com a elevação dos preços. Não conseguem fazer isso quando o dólar está barato e, portanto, a produção interna pode ser substituída por importação mais barata (em nível internacional, existe concorrência entre os monopólios).

Mas não é o caso. A inflação não é de demanda. Como a taxa de juros vai influenciar o preço dos alimentos enquanto for cotado em nível internacional? O preço dos combustíveis, que é estabelecido pelo governo com base no preço internacional? A tarifa de energia, que também é cotada pelo governo com base numa indexação ao dólar? Poderia atuar indiretamente ao atrair capital externo especulativo e provocar a valorização do real. Mas a taxa de juro não pode muito, em termos de atração de capitais externos, diante da instabilidade política em que vive o país. Nesse quadro, combinam-se juros altos com câmbio elevado.

Além disso, esse é um caminho perverso: ao baratear as importações, destrói a produção interna, aprofundando a desindustrialização e o desemprego, já bastante avançados, e, ao elevar os juros, sacrifica tanto o investimento público quanto o privado. O caminho é outro: resolver o choque de oferta garantindo o abastecimento alimentar interno (bloqueando exportações e realizando estoque regulador na próxima safra), o refino interno de todos os derivados de que se necessita, desdolarização da política de reajuste das tarifas dos serviços públicos, ao mesmo tempo em que se eliminam os bloqueios à retomada do desenvolvimento, tais como a drenagem de recursos para o exterior, a esterilização de enormes massas de recursos na ciranda financeira, o enorme volume de isenções fiscais injustificadas, a apropriação privada de grande parte das rendas da terra (agrícola, petróleo, mineração), tripe macroeconômico, emenda constitucional que congela o investimento público.

SÉRGIO CRUZ

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Josef Mengele e o hospital da Prevent Senior

Aplicação de drogas pela Prevent sem conhecimento dos pacientes lembra Mengele

Segundo consta num dossiê, a Prevent omitiu sete mortes de pessoas tratadas com hidroxilcloroquina. O dossiê, de posse da CPI da Covid-19 no Senado, revela que a Prevent Senior usou pacientes como cobaias em pesquisa com remédios do chamado “kit Covid”. O documento é assinado por 15 médicos da operadora de planos de saúde. De acordo com os profissionais, a hidroxilcloroquina foi administrada sem avisar pacientes ou parentes. O estudo foi realizado em São Paulo.

Em nota, por óbvio, a Prevent Senior negou as acusações e fingiu “repudiar” as denúncias. A empresa afirmou ainda que tomará medidas judiciais cabíveis contra os responsáveis pelo dossiê.

Segundo o documento, medicamentos sem comprovação científica foram incorporados ao experimento, na medida em que resultados não eram atingidos. Teria sido usado contra Covid-19, ainda segundo o dossiê, até remédio para câncer.

ASSOCIAÇÃO PERTINENTE
Em texto, com lembrança pertinente, “Aplicar drogas em humanos sem sua autorização lembra Mengele”, o jornalista Ricardo Noblat fez associação entre o “estudo” da Prevent Senior e os experimentos dos nazistas nos campos de concentração e extermínio na 2ª Guerra Mundial.

“Nada se compara aos horrores nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, nada. Mas feita a ressalva, alguns casos guardam uma remota e preocupante semelhança”, escreveu Noblat.

“Josef Mengele foi um oficial alemão da SS, organização paramilitar do Partido Nazista, e médico no campo de concentração de Auschwitz [Polônia] onde foram mortos milhares de judeus”. “Ele escolhia as vítimas a serem mortas nas câmaras de gás, separando-as das outras que seriam submetidas a experimentos humanos e que depois acabariam mortas também”.

O monstro nazista nasceu em 16 de março de 1911, em Günzburg, Baviera, Alemanha e morreu em 7 de fevereiro de 1979, em Bertio-gia, São Paulo.

PREVENT SENIOR NA MIRA DA CPI
O conteúdo do dossiê foi divulgado na quinta-feira (16) pela *Globonews*. A reportagem confirmou o material e teve acesso a análise do documento feita pela CPI.

A empresa está na mira dos senadores. Na última quinta-feira, o diretor-executivo Pedro Benedito Batista Júnior era esperado na comissão para depor, faltou e disse que foi avisado tardiamente do compromisso.

Os integrantes da CPI consideraram a ação protelatória. Por isso, os senadores insistem no depoimento, que foi remarcado para quarta-feira (22).

BOLSONARO DIVULGOU “ESTUDO”
O presidente Jair Bolsonaro — entusiasta de remédio sem eficácia contra a Covid —, chegou a divulgar o “estudo” da Prevent Senior em redes sociais, em 18 de abril de 2020, antes mesmo da publicação oficial de resultados.

Bolsonaro citou a pesquisa como caso de sucesso. Ele disse que o “estudo” apontara que nenhum dos participantes que tomaram hidroxilcloroquina havia morrido, enquanto o número de óbitos no grupo que não havia tomado foi de cinco.

A informação divergia do estudo original, que registrara dois mortos. Mesmo essa versão, contudo, continha subnotificação de óbitos, segundo o dossiê em posse dos senadores.

MAIS DE 700 PACIENTES
De acordo com planilha obtida pela *Globonews*, nove pacientes que participaram do estudo morreram — seis deles tomaram hidroxilcloroquina. Ou seja, ao todo, sete mortes foram ocultadas pela Prevent Senior.

Os médicos relataram ainda a falta de autorização para determinados procedimentos e falhas éticas. O estudo teria sido feito com mais de 700 pacientes, sem análise da Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).

O projeto inicial tinha autorização para trabalhar com 200 pessoas. O estudo com hidroxilcloroquina da Prevent Senior chegou a ser suspenso por indícios de irregularidades, mas mesmo assim a empresa teria seguido medicando clientes.

M. V.

57% afirmam que nunca confiam no que Bolsonaro fala; só 15% confiam nele

Mais da metade da população não confia em nada do que Jair Bolsonaro fala, revela pesquisa feita pelo Datafolha.

57% dos brasileiros não confiam nunca no que Bolsonaro diz, 28% disseram que às vezes confiam, enquanto apenas 15% sempre confiam.

Esse índice tem crescido de forma desfavorável a Jair Bolsonaro. Em julho, 55% não confiavam em nada, enquanto em maio este número era de 50%.

A pesquisa Datafolha foi feita entre os dias 13 e 15 de setembro, ouvindo 3.667 pessoas de 190 municípios.

A mesma pesquisa registrou a maior taxa de rejeição ao governo Bolsonaro desde seu início. 53% da população avaliam o governo como ruim ou péssimo.

Apenas 22% acham o governo bom ou ótimo, enquanto 24% avaliam como regular.

A desconfiança sobre o que fala Jair Bolsonaro cresceu depois que ele fez insistentes ataques à democracia e ao voto impresso.

Bolsonaro chegou a realizar uma live com um suposto “técnico” para alegar que as urnas eletrônicas eram fraudáveis, mas teve que admitir que não tinha nenhuma prova. Sua proposta de voltar para o voto impresso foi rejeitada na Câmara dos Deputados.

Direitos Já! Dezesseis partidos se unem pelo Fora Bolsonaro



Evento aconteceu no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

“Não há mais tempo para tergiversar. Fora Bolsonaro!”, conclama Direitos Já

Parlamentares e lideranças de 16 partidos participaram da abertura do 2º Ato Internacional em Vigília pela Democracia Brasileira, organizado pelo movimento Direitos Já!, que teve como principal bandeira a unidade dos democratas pelo impeachment de Jair Bolsonaro.

O ato foi realizado em São Paulo, na quarta-feira (15), com transmissão ao vivo pelas redes sociais. Para assistir o evento completo, acesse:

Coordenado pelo sociólogo **Fernando Guimarães**, o ato contou com a presença de representantes do PSB, PDT, PSD, PCdoB, DEM, PL, Cidadania, Rede Sustentabilidade, MDB, PSol, PT, Podemos, PSDB, PV, PSL e Solidariedade.

Em todos os pronunciamentos, houve o consenso de que a luta pelo impeachment deve se dar com uma frente ampla, isto é, unindo partidos de todo o espectro político em defesa da democracia e contra o governo de Jair Bolsonaro.

Fernando Guimarães disse que participaram do evento “lideranças da esquerda e da direita, juntos em defesa da democracia brasileira, frente a um governo genocida e de caráter autoritário”.

“É preciso que resgatem os compromissos com a Constituição brasileira e que coloquem o povo na rua para defendê-la. Nós temos a responsabilidade política de nos unirmos para isso”, pontuou. Guimarães anunciou que o Direitos Já! estará em todas as manifestações que tenham como pauta “tirar esse genocida do poder”.

Fernando Guimarães abriu os trabalhos no ato com a leitura do manifesto aprovado por unanimidade entre todas as forças

políticas que participam do movimento em defesa da democracia. “Não há mais tempo para tergiversar: faz-se imprescindível que a sociedade se una e erga-se para preservar sua liberdade”, diz um trecho do manifesto (*Ler a íntegra no final do texto*).

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, **Marcelo Ramos (PL-AM)**, enviou uma mensagem ao evento, afirmando que “*opiniões sobre economia, costumes e meio ambiente podem nos dividir; mas a democracia e a liberdade sempre haverão de nos unir*”.

“Nas ruas devem caber todos que queiram lutar por democracia e por avanços sociais. Só não usemos esse momento tão decisivo da história do país para aprofundar nas ruas a luta eleitoral. Definitivamente, essa luta terá que ficar para 2022”.

O senador **José Aníbal (PSDB-SP)** falou, através de mensagem ao ato, que o Direitos Já! se tornou “um dos melhores fóruns de debate, de agregação e de estímulo à luta pela democracia, contra a ação autoritária e regressiva desse governo”.

Renato Casagrande (PSB), governador do Espírito Santo, enviou um vídeo, que foi transmitido no ato, e destacou que nada é “mais importante do que neste momento nós fazermos a defesa da democracia. Estamos vivendo ameaças às instituições”.

O ex-ministro, ex-senador e presidente do Cidadania, **Roberto Freire**, que foi representado no ato pela ex-vereadora de São Paulo Soninha Francine, afirmou que “Jair Bolsonaro é a ameaça mais imediata” e que vemos “derrotá-lo por um impeachment”.

Bolsonaro diz que o problema do Brasil é “excesso de professores”

O Brasil acaba de ser apontado pelo relatório “Education at a Glance 2021”, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como o país que paga o menor salário de professor nos anos finais do ensino fundamental entre os quarenta países que fazem parte da organização. No entanto, Bolsonaro acha que o grande problema do país é o “excesso de professores”.

Foi isso o que ele disse a apoiadores nesta quinta-feira (16), no cercadinho do Palácio do Alvorada. “Não vou entrar em detalhes, mas o Estado foi muito inchado”, apontou, referindo-se a um concurso feito, segundo ele, no governo Dilma e que teria contratado 100 mil pessoas na área de educação. “Não estou dizendo que não precisa de professor, mas o excesso atrapalha”, afirmou. Em suma, o que estaria atrapalhando a educação brasileira é o excesso de professores.

Que o governo Bolsonaro não gosta de educação e tem desprezo pela cultura já era de domínio público, o seu ódio a professores também já é conhecido de todos, mas o

que ele demonstrou nesta quinta-feira foi uma ignorância e um desconhecimento impressionante das estatísticas básicas do sistema educacional brasileiro.

Aliás, se depender deste governo retrógrado, todo o sistema de educação do país seria abolido em prol da “educação domiciliar”, sistema comum na era medieval.

Não há nenhum excesso de professores no Brasil. Do total de 2,2 milhões de professores do ensino básico do país, 1,7 milhão estão na rede pública, segundo o Censo Educacional de 2020. Do total de 47,3 milhões de matrículas no nível básico, cerca de 579 mil matrículas a menos em comparação com 2019, devido pandemia, a rede pública atende a uma população de 38,7 milhões de alunos.

O Brasil possui um dos maiores números de alunos por sala de aula no ensino médio entre mais de 60 países analisados no estudo Políticas Eficazes para Professores: Compreensões do PISA, publicado também pela Organização para a Cooperação e Desenvolvi-

Os deputados **Fábio Trad (PSD-MS)**, **Fernanda Melchionna (PSol-RS)**, **Alessandro Molon (PSB-RJ)**, representando o presidente do PSB, **Carlos Siqueira**, e **Júnior Bozzella (PSL-SP)**, que representou o presidente do PSL, **Luciano Bivar**, estiveram presentes no ato.

A senadora **Simone Tebet (MDB-MS)** enviou uma mensagem, que foi lida no evento.

Também participaram as lideranças partidárias **Luciana Santos**, vice-governadora de Pernambuco e presidente do PCdoB, **José Luiz Penna**, presidente nacional do PV, **Antônio Neto**, presidente do PDT de São Paulo, **Laércio Ribeiro**, presidente do PT de São Paulo, representando a presidente nacional do partido, **Gleisi Hoffmann**, a ex-senadora **Heloísa Helena**, que é porta-voz nacional da Rede Sustentabilidade, **Jefferson Coriteac**, vice-presidente do Solidariedade, representando o presidente, deputado **Paulinho da Força**, o ex-prefeito de Rio Claro, **Du Altinari**, representando o presidente do MDB, deputado **Baleia Rossi**, e o ex-ministro da Saúde, **Luiz Henrique Mandetta**, representando o DEM.

O Direitos Já! realizará uma atividade em defesa da democracia durante o final de semana (18 e 19), com participação de intelectuais estrangeiros, como **Noam Chomsky** e **Boaventura de Sousa Santos**, o ex-presidente do Uruguai, **Julio Maria Sanguinetti**, entre outros.

Cobertura completa em www.horadopovo.com.br

(Cobertura **Pedro Bianco**, **Antonio Rosa**, **Tiago César** e **José Amaro**)

“Faz-se imprescindível que a sociedade se una e erga-se para preservar sua liberdade”, diz manifesto apresentado no ato

O movimento Direitos Já! realizou, na quarta-feira (15), às 18h, um ato em defesa da democracia e do impeachment de Jair Bolsonaro com lideranças e parlamentares de 16 partidos.

Para o coordenador do movimento, o sociólogo Fernando Guimarães, o ato foi uma “resposta contundente ao 7 de setembro e essa mobilização que vem utilizando o Palácio do Planalto como um bunker golpista”.

Estiveram presentes lideranças do PSB, PDT, PSD, PCdoB, DEM, PL, Cidadania, da Rede, MDB, Solidariedade, PSol, PT, Podemos, PSDB, PV, PSL.

O Conselho Político do movimento Direitos Já! decidiu apoiar o impeachment de Jair Bolsonaro depois de seus discursos nas manifestações golpistas realizadas no dia 7 de setembro.

Para Fernando Guimarães, o ato contribui “na convergência, para que a gente tenha uma convocação coletiva, sem disputas de protagonismo, reunindo todos os setores e partidos da sociedade para que a gente possa, juntos, fazer esse enfrentamento e a defesa da democracia”.

Foram convidados, entre outros, para o ato:

* **Deputado federal Marcelo Ramos (PL-AM)**, vice-presidente da Câmara;

* **Deputado Alessandro Molon (PSB-RJ)**, líder da oposição na Câmara;

* **Deputado Fábio Trad (PSD-MS)**;

* **Deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS)**;

* **Deputado Júnior Bozzella (PSL-SP)**;

* **Luiz Henrique Mandetta (DEM)**, ex-ministro da Saúde e pré-candidato à Presidência;

* **Senadora Simone Tebet (MDB-MS)**;

* **Senador José Aníbal (PSDB-SP)**;

* **Ex-senadora Heloísa Helena (Rede)**;

* **Roberto Freire, presidente nacional do Cidadania, será representado pela ex-vereadora Soninha Francine**;

* **Luciana Santos, vice-governadora de Pernambuco e presidente nacional do PCdoB**;

* **Antonio Neto, presidente do PDT de São Paulo**;

* **Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT**;

* **José Luiz Penna, presidente nacional do PV**;

* **Igor Soares (Podemos), prefeito de Itapevi (SP)**.

O coordenador do movimento Direitos Já! abriu os trabalhos no ato desta quarta-feira (15) com a leitura do manifesto aprovado por unanimidade entre todas as forças políticas que participam do movimento em defesa da democracia. “Não há mais tempo para tergiversar: faz-se imprescindível que a sociedade se una e erga-se para preservar sua liberdade”, diz um trecho do manifesto.

“Não há saída possível que não a interrupção definitiva desse ciclo autoritário e o momento atual é gravíssimo e crucial. Grave porque a artilharia contra a democracia e as instituições democráticas no Brasil parte de quem deveria defendê-la, do governo central, do presidente *Jair Messias Bolsonaro*, e de seu gabinete ministerial. Nevrálgico, porque não há mais sutilezas: o fascismo foi assumido como projeto”, prossegue o documento.

Segue a íntegra do manifesto contra o fascismo: **DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Não há meias palavras para relatar o que ocorre hoje no Brasil: a democracia está sob ataque e risco. Uma situação que impõe constante vigilância e iniciativas concretas e vigorosas para preservar este que, embora sob grave ameaça, é o mais longo período de liberdade política na conturbada história do país.

Não há mais tempo pra tergiversar: faz-se imprescindível que a sociedade se una e erga-se para preservar sua liberdade. Uma condição suprema conquistada a duras penas nas intrincadas – e não raro sangrentas – lutas da cidadania em confronto com os históricos episódios de autoritarismo e que ora voltam a nos assombrar.

Não há saída possível que não a interrupção definitiva desse ciclo autoritário e o momento atual é gravíssimo e crucial. Grave porque a artilharia contra a democracia e as instituições democráticas no Brasil parte de quem deveria defendê-la, do governo central, do presidente *Jair Messias Bolsonaro*, e de seu gabinete ministerial. Nevrálgico, porque não há mais sutilezas: o fascismo foi assumido como projeto.

Há, sim, no entanto, uma resistência que se intensifica. Na sociedade, nas ruas, no Parlamento, nas instituições, nas empresas, na liderança política democrática em todo o espectro. A essa resistência se soma hoje e sempre o Direitos Já! Fórum pela Democracia com a convocação de seu II Ato Internacional, numa poderosa Vigília pela Democracia Brasileira, com a adesão de personalidades de todo o mundo.

O Brasil, como Hungria, Polônia e mais países, precisa urgentemente do olhar vigilante dos democratas do planeta. Porque o roteiro da escalada autoritária segue um projeto global e urge uma aliança internacional em seu combate. É um script conhecido, já testado, que resultou na investida à democracia norte-americana com a invasão ao Capitólio.

Bolsonaro, como Trump, se arma da manipulação de parcela considerável da população. Propaga com método e profissionalismo notícias falsas para tentar deslegitimar o sistema eleitoral brasileiro, reconhecido como um dos mais eficientes e transparentes do planeta. Insufia cidadãos contra a autoridade eleitoral e a Suprema Corte, incorpora um discurso conspiracionista contra adversários políticos e nações historicamente aliadas que repudiam suas táticas.

O mundo deve compreender os graves retrocessos que o Brasil percebe sob Bolsonaro para além da ameaça autoritária. O combate à pandemia é feito em bases anticientíficas, minimizando a gravidade da propagação do vírus, sabotando medidas de isolamento, desestimulando o uso de máscaras e negando a essencialidade e a urgência das vacinas.

Insufia as Forças Armadas a assumir papel de poder moderador em constante, acintosa e inaceitável ameaça à Constituição. Bolsonaro corrói os avanços do sistema de democracia participativa ao extinguir e restringir a participação popular nos conselhos temáticos e ministeriais.

A destruição do meio ambiente tornou-se política de estado. A legislação ambiental brasileira, antes a mais avançada, retrocede velozmente; o aparato fiscalizatório e repressor é precarizado e desautorizado. Servidores públicos que se insurgem contra os retrocessos são perseguidos, afastados e exonerados de suas funções.

Os indicadores sociais mostram um veloz agravamento da miséria. A fome está de volta. Há quase 20 milhões de pessoas sem alimento. A extrema pobreza quase triplicou e já alcança 13% da população. A inflação está próxima ao ponto de descontrole, a concentração de renda se intensifica e o desemprego supera 14% da força de trabalho. Perdemos o sentimento de esperança. Precisamos retomar energia e dominar nosso destino.

A ciência e a cultura sofrem um processo de desinvestimento como jamais visto. Pesquisas estão interrompidas e o patrimônio cultural se incendeia. Há um desmonte em marcha do setor público federal. São desarticulados os programas de financiamento, os processos de fomento e os elementos de desenvolvimento.

As relações internacionais se baseiam na agressão e no desrespeito aos povos amigos e sua autonomia. A política externa brasileira, que construiu uma nação admirada por todos pela diretriz conciliatória, degenerou para parir um párea. Atacam nossos melhores parceiros comerciais e se alinham com outros dirigentes com vieses autoritários.

Para nossa vergonha, o governo Bolsonaro afronta direitos das minorias étnicas, das populações indígenas, os direitos humanos, a liberdade religiosa, a laicidade e a autonomia sexual dos indivíduos. Agride sistematicamente e criminaliza a imprensa em prejuízo da liberdade de expressão. Inacreditavelmente, escancara seu DNA fascista ao confraternizar com grupos extremistas e nazistas execrados internacionalmente.

Passou da hora o BASTA!

Nesse intento, a Vigília Direitos Já! pela democracia no Brasil convoca uma aliança mundial com os democratas brasileiros para observar e garantir a realização de eleições livres.

Os que assinam este manifesto estabelecem a partir de agora um compromisso permanente com a democracia no Brasil. Aliança que se consagra nos dias 15, 18 e 19 de setembro durante o II Ato Internacional do Direitos Já! e que se estenderá até a posse do presidente eleito pela vontade da maioria da população brasileira.

Direitos Já! Fórum pela Democracia

Governo usou morte sem relação com vacina para excluir os jovens

Ignorando análise técnica, Marcelo Queiroga anunciou a suspensão da imunização de adolescentes. Estados e municípios orientaram a continuidade da vacinação

Uma análise feita pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo indica que a morte de uma adolescente de 16 anos após tomar a vacina da Pfizer não ocorreu em decorrência do imunizante.

“As análises técnicas indicam que não foi a vacina a causa provável do óbito e sim a doença identificada com base no quadro clínico e em exames complementares, denominada Púrpura Trombótica Trombocitopênica (PTT)”, diz a nota enviada à imprensa.

“A PTT é uma doença autoimune, rara e grave, normalmente sem uma causa conhecida capaz de desencadeá-la, e não há nenhum relato técnico até o momento que aponte este quadro como evento adverso pós-vacinação após primeira dose de uma vacina contra COVID-19 de RNA mensageiro, como é o caso da Pfizer”, diz a nota.

A investigação ocorreu porque a jovem foi imunizada contra Covid-19 e morreu sete dias depois.

Em nota, o governo do Estado afirmou que 70 profissionais reunidos pela Coordenadoria de Controle de Doenças e do Centro de Vigilância Epidemiológica analisaram o caso e concluíram que a vacina não foi a causa provável do óbito.

“As vacinas em uso no país são seguras, mas eventos adversos pós-vacinação podem acontecer. Na maioria das vezes, são coincidentes, sem relação causal com a vacinação. Quando acontecem, precisam ser cuidadosamente avaliados”,

ressalta Eder Gatti, infectologista que coordenou a investigação.

Na quinta-feira (16), o Ministério da Saúde recomendou a suspensão da aplicação da vacina em adolescentes sem comorbidades. Contudo, a Anvisa manteve a posição da recomendar a vacina ao grupo. Em nota, a agência frisou que não havia nenhuma relação entre a morte e o imunizante até então.

“Os dados recebidos ainda são preliminares e necessitam de aprofundamento para confirmar ou descartar a relação causal com a vacina. A Agência já iniciou a avaliação e a comunicação com outras autoridades públicas e adotará todas as ações necessárias para a rápida conclusão da investigação. Entretanto, com os dados disponíveis até o momento, não existem evidências que subsidiem ou demandem alterações nas condições aprovadas para a vacina”, divulgou a Anvisa.

Alguns estados e capitais aderiram à recomendação, mas o Ceará manteve aplicação em adolescentes sem comorbidades, contrariando a pasta nacional. Secretaria da Saúde (Sesa) defende que imunização desse grupo é essencial para diminuir a circulação do coronavírus.

A Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIM) e os Conselhos Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) se posicionaram pela continuidade da vacinação contra a Covid-19 de adolescentes sem comorbidades.

Médicos ameaçam deixar Ministério após Queiroga suspender vacinação

Médicos que assessoram o Ministério da Saúde ameaçam deixar os cargos na Câmara Técnica da pasta caso o ministro Marcelo Queiroga não volte atrás na decisão de suspender a vacinação de adolescentes.

O anúncio foi feito pelos especialistas após uma reunião na sexta-feira (17). Os cientistas e pesquisadores afirmam que não foram consultados pelo Ministério da Saúde e que a pasta usou dados equivocados.

Apesar da recomendação do Ministério, 20 estados e o Distrito Federal já retomaram a imunização da faixa etária. Capitais como Porto Velho, São Paulo e Salvador retomaram a aplicação das doses nos adolescentes após análise dos dados.

Apagão atinge cidades de Minas e no Rio de Janeiro

A crise energética que o governo Bolsonaro permitiu que acontecesse trouxe de volta a ameaça de apagão para nosso país. Na noite deste sábado (18), cidades dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais registraram falta de energia.

Segundo relatos de moradores nas redes sociais, a falta de energia teve início por volta das 21h30 e permaneceram no escuro por mais de uma hora.

Uma falha na rede de distribuição de FURNAS foi apontada como a causa da interrupção de energia nas cidades da Região dos Lagos e da Região Serrana, no Rio de Janeiro. Em algumas regiões moradores chegaram a ficar uma hora e meia sem energia. As cidades atingidas foram: Macaé, Vassouras, Cantagalo, Búzios, Cabo Frio, Iguaçu Grande, São Pedro da Aldeia, Araruama, Saquarema, Rio das Ostras e Teresópolis.

Em Minas, as cidades mais afetadas foram as atendidas pela Energisa Minas. A concessão atende a 66 municípios no Estado, dos quais 60 conviveram com o apagão na noite de sábado. Já a Cemig registrou apenas dois municípios sem o fornecimento de energia.

Houve relatos da falta de energia em cidades como Cataguases, Muriaé, Além Paraíba, Leopoldina, Ubá, São João Nepomuceno, Rio Pomba e Visconde do Rio

Branco, além de municípios vizinhos e da região.

“A Enel Distribuição Rio informa que uma perturbação na rede de transmissão de FURNAS causou interrupção no fornecimento de energia em parte da Região dos Lagos, Macaé, Cantagalo e Teresópolis nesta noite. O fornecimento foi normalizado para todos os clientes às 22h32”, disse a concessionária por meio de uma nota.

Por meio de nota, a Energisa informou que “uma ocorrência na Subestação Rocha Leão de FURNAS afetou as Supridoras Light e Enel, que abastecem as concessões de Minas e Nova Friburgo”, o que causou a interrupção. “A situação que impactou Nova Friburgo e 60 municípios da concessão de Minas Gerais teve início às 21h21min e a Energisa atuou de imediato para minimizar o problema aos seus clientes, conseguindo restabelecer o sistema de forma gradativa. A situação foi normalizada para 100% dos municípios impactados às 22h. A equipe da Energisa continua acompanhando a situação, de prontidão 24 horas, e em contato com as Supridoras e o ONS (Operador Nacional do Sistema), que é responsável pela análise do que ocasionou a ocorrência”, declarou por comunicado.



60 municípios foram afetados pela falta de energia



Divulgação

Queiroga diz que suspensão ocorre devido a “sentimento” de Bolsonaro

Gás de cozinha sobe cinco vezes mais que a inflação e já é vendido a R\$ 135

Desde o início do ano, o preço médio do botijão de gás aos consumidores subiu quase 30%, chegando a ser vendido a até R\$ 135 na região norte do país, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O preço médio estava em R\$ 75,29 no final de 2020 e chegou a R\$ 96,89 na semana passada. A alta é mais de 5 vezes a inflação acumulada no período, de 5,67%.

Os números falam por si e fazem parte da carestia que as famílias têm enfrentado nos últimos meses, com os também violentos aumentos do arroz, do óleo de soja, da carne, entre outros alimentos básicos, à mercê de exportações descontroladas que desabasteceram o mercado interno. Além do aumento da conta de luz que neste mês está na bandeira vermelha patamar 2.

Os aumentos do gás de cozinha refletem o absurdo da política de preços do governo Bolsonaro de atrelar os preços dos combustíveis ao mercado internacional e à variação do dólar.

Se para a gasolina e diesel essa política já atravessou a economia, com a greve dos caminhoneiros de maio de 2018 paralisando o país, quando observamos seus efeitos no gás de cozinha o impacto são imediatos e perversos, particularmente para as famílias de baixa renda que não têm como comprá-lo. O aumento no preço do botijão de gás tem levado muitas famílias a substituí-lo por fogão à lenha, carvão ou álcool, com o aumento do risco de acidentes.

Numa medida dema-



Botijão custa mais de 10% do salário mínimo

gógica, Bolsonaro zerou a alíquota de PIS e Cofins que incide sobre o gás de cozinha por alguns meses. Nada que pudesse fazer frente à política de preços atrelada ao mercado estrangeiro.

“A botija de gás custando quase 10% do salário mínimo, não deveria ser assim. É um item básico e determinante para as famílias de baixa renda, principalmente”, afirmou o economista Marcelo Loyola Fraga. Para o economista, a inflação alta vai disparar ainda mais se o governo federal não fizer nada. “É um aumento atrás do outro de itens básicos, como carne, frango, gás de cozinha, energia. O governo precisa de uma política econômica definida”.

Além disso, a redução no preço não chegou ao consumidor porque as empresas aproveitaram para aumen-

tar suas margens de lucro.

“Muitas companhias já avisaram que, analisando a planilha de custos, não poderão repassar a queda do imposto, ou seja, a medida só vai ajudar a aumentar a lucratividade das distribuidoras”, disse, em março, o presidente da Associação Brasileira dos Revendedores de Gás Liquefeito de Petróleo (Assmig), Alexandre Borjaili.

Persistindo a política de preço da direção da Petrobras, com aval de Bolsonaro, que na campanha eleitoral prometeu reduzir o preço do botijão de gás para R\$ 30, mais provável a ocorrer é termos mais aumentos para os combustíveis e o gás de cozinha, diante do aumento dos preços do barril de petróleo que tende a continuar.

Governo corta verba e Ipen suspende produção de radiofármacos para o tratamento de câncer

O Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) enviou aos serviços de medicina nuclear brasileiros, na última terça-feira (14), um comunicado avisando sobre a suspensão de sua produção de radiofármacos e radioisótopos a partir da próxima segunda-feira (20). Segundo o instituto, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a interrupção é devido à falta de verba para comprar o material radioativo de fornecedores brasileiros e estrangeiros, como produtores da África do Sul, Holanda e Rússia.

A suspensão da produção vai afetar diretamente o tratamento de câncer no Brasil e o diagnóstico de doenças. Os materiais são utilizados no tratamento de câncer e em exames de imagem, como raio x, tomografia, ressonância magnética, cintilografia e mamografia, essenciais para o diagnóstico de outras doenças além das neoplasias e indicação do tratamento mais adequado.

O Ipen fabrica 25 diferentes radiofármacos, ou 85% do

fornecimento nacional. Para manter a produção, o órgão aguarda a aprovação pelo Congresso Nacional de um Projeto de Lei que adicionaria R\$ 34,6 milhões ao seu orçamento. Outros R\$ 55,1 milhões estão sendo buscados pelo MCTI para completar os R\$ 89,7 milhões que o instituto precisa para produzir os radiofármacos até dezembro deste ano.

Na carta enviada pelo Ipen aos serviços de medicina nuclear, o instituto alega estar sofrendo com a “grande redução dos recursos atribuídos pela Lei Orçamentária Anual (LOA) à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CENEN), da qual faz parte e com a “forte e desfavorável variação cambial, em 2021”.

“O fato de recursos orçamentários extras ainda não estarem disponíveis no Instituto, até o momento, implica na inexistência de lastro em crédito orçamentário. Tão logo tenhamos a informação quanto ao recebimento dos recursos orçamentários extras e, consequentemente, à normalização nos forne-

cimentos, entraremos em contato imediatamente”, informa o Ipen na carta aos estabelecimentos que utilizam a medicina nuclear.

O presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear (SBMN), George Coura Filho, avalia que entre 1,5 milhão e 2 milhões de pessoas serão prejudicadas com a falta de distribuição dos radiofármacos do Ipen, e não apenas os doentes de câncer. Ele recebeu na terça-feira a carta do Ipen, e junto com outras entidades vai tentar junto aos ministérios relacionados uma saída para o problema. Os remédios do Ipen representam cerca de 10% dos medicamentos usados para tratar a doença.

“O Ipen é produtor quase exclusivo no Brasil dos isótopos radioativos que são utilizados na medicina nuclear. Por exemplo, no diagnóstico de cintilografia óssea para procurar metástase óssea em paciente com câncer; na cintilografia miocárdica para avaliar pacientes com doença coronariana, infartados”, explicou.



Indígena prisioneiro é exposto em pau-de-arara em Belo Horizonte

Justiça condena União por campo de concentração de indígenas na ditadura

A 14ª Vara Federal de Minas Gerais condenou a União, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o governo do Estado de Minas Gerais por atrocidades cometidas contra indígenas em um campo de concentração durante a ditadura militar.

O posicionamento, da juíza Anna Cristina Rocha Gonçalves, da 14ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte, foi emitido dentro de ação impetrada pelo MPF-MG (Ministério Público Federal em Minas Gerais) em 2015 pedindo a responsabilização do poder público pela construção e manutenção do chamado Reformatório Agrícola Indígena Krenak e pela criação da Guarda Rural Indígena.

A União, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o governo do estado de Minas Gerais foram condenados por violações dos direitos humanos e civis do povo indígena Krenak.

A sentença ainda pede que seja reconhecido em cerimônia pública “graves violações de direitos aos povos indígenas” e determina que também seja feito pedido público de desculpas à etnia Krenak.

A juíza deu prazo de seis meses para que a sentença seja cumprida. Cabe recurso.

Juntamente com o estado de Minas Gerais, o governo federal deverá implementar “ações e iniciativas voltadas ao registro, transmissão e ensino da língua Krenak, de forma a resgatar e preservar a memória e a cultura do referido povo indígena, com a implantação e ampliação do Programa de Educação Escolar Indígena”.

Em 1969, a ditadura já havia criado o Reformatório Agrícola Indígena Krenak, um presídio que chegou a abrigar 94 pessoas de 15 etnias, vindas de 11 estados brasileiros.

“Eles não sabiam por que estavam sendo presos. Alguns eram detidos por causa de bebida ou por terem saído de áreas demarcadas. Não havia julgamento. A tortura era comum. Eles ainda eram obrigados a fazer trabalhos forçados”, disse o procurador.

As investigações do Ministério Público Federal mostraram ainda prática de tortura, violência sexual e trabalhos forçados dentro do reformatório.

Em 1972, homens, mulheres e crianças do povo indígena Krenak foram expulsos de suas terras, na região hoje do município de Rеспendor, leste do estado, a 445 km de Belo Horizonte, pelo governo e obrigados a viver confinados na Fazenda Guarani, pertencente à Polícia Militar (PM), em Carmésia, a mais de 300 quilômetros de distância de suas terras.

A medida foi tomada para facilitar a ação de posseiros vizinhos que tomaram os mais de 4 mil hectares dos indígenas.

“Era um campo de concentração. Famílias inteiras ficaram confinadas, presas mesmo, por anos nesta fazenda”, disse o procurador da República Edmundo Antônio Dias, autor da ação que tramitava há seis anos.

Dias comemorou a decisão, que ocorre durante a discussão do marco temporal sobre terras indígenas, que teve votação iniciada no STF (Supremo Tribunal Federal).

“Todo esse passado autoritário inclusive de negação de direitos indígenas se faz presente hoje no nosso país. A discussão do marco temporal, que nada mais faz do que tentar limitar direitos originários dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam, é uma manifestação da nossa história de autoritarismo”, afirmou.

O Ministério Público Federal (MPF) também pediu a punição do capitão Manoel dos Santos Pinheiro, responsável pelo reformatório na época de sua criação. O órgão reivindicou a perda da patente e da aposentadoria de militar.

Vereador anti-máscara e anti-vacina morre de Covid-19 em Uberlândia

Morreu nessa sexta-feira Thirlés Santos (PSL), vereador bolsonarista de Uberlândia, vítima de complicações da Covid-19. O parlamentar tinha 34 anos e foi o autor do projeto de lei que queria desobrigar o uso de máscara na cidade e disse que preferia esperar para se vacinar.

A morte do vereador foi confirmada pela Câmara Municipal de Uberlândia. “O vereador Thiarles Santos deixou sua história e legado na Câmara Municipal de Uberlândia nestes 7 meses e 20 dias que passou conosco. Como integrante do Poder Legislativo Municipal, o vereador teve como função primordial representar os interesses da população perante o Poder Público, ouvindo o que os seus eleitores e o povo de Uberlândia desejavam, propondo e aprovando esses pedidos na Câmara Municipal e fiscalizando se o prefeito e seus secretários estavam colocando essas demandas em prática”, diz a nota.

Thirlés estava internado desde agosto e intubado desde 4 de setembro. Em situação grave, já não tinha resposta dos pulmões ao tratamento e passaria nessa semana por uma traqueostomia. No Projeto de Lei que pretendia desobrigar o uso de máscaras que estão completamente vacinadas, ele dizia que o “uso prolongado pode agravar sintomas de pessoas com problemas respiratórios pré-existentes, pois o ar quente dentro da máscara pode dificultar respiração e desencadear crises respiratórias (...). Se a máscara for muito apertada também pode causar ansiedade, alterando padrões respiratórios e causando desconforto”.

Wilson Dias/Agência Brasil



Professores brasileiros têm os piores salários entre 40 países

Um estudo da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgada nesta quinta-feira (16), mostra que os professores brasileiros nos anos finais do ensino fundamental têm os piores salários entre 40 países.

De acordo com o estudo, a média inicial do salário dos docentes no Brasil é de 13,9 mil dólares anuais, enquanto em países como Grécia, Colômbia e Chile os valores passam dos 20 mil dólares por ano. A média nos países membros e parceiros da OCDE analisados é de 35,6 mil. Em países como Alemanha e Luxemburgo o salário anual dos professores passa dos 70 mil dólares.

Em relação ao chamado salário real, que leva em consideração também os bônus e pagamentos adicionais, a média no Brasil para professores dos anos finais do ensino fundamental entre 25 a 64 anos é de 25,7 mil dólares por ano, também abaixo da média da OCDE, de 47,9 mil.

Os salários reais médios dos professores no Brasil chegam a US\$ 25.030 na educação infantil, US\$ 25.366 nos anos iniciais do ensino fundamental, US\$ 25.740 nos anos finais do ensino fundamental e US\$ 26.724 no ensino médio. Ao passo que, para as mesmas etapas, a média nos países da OCDE os salários reais médios dos professores eram de US\$ 40.707, US\$ 45.687, US\$ 47.988 e US\$ 51.749, respectivamente. O salário real do professor brasileiro só ultrapassa o dos professores da Hungria e da Eslováquia.

A conversão para comparação dos salários é feita usando a escala de paridade do poder de compra, que reflete o custo de vida nos países.

A OCDE destaca que o ambiente escolar influencia a decisão dos professores de entrar e permanecer na profissão docente. “O tamanho das turmas diminuiu nos últimos anos no Brasil, mas os salários dos professores continuam abaixo da média”, diz o relatório.

Um dia após a divulgação dos dados, o comentário de Bolsonaro em relação à educação não foi sobre os baixos salários, salas lotadas ou o fato de o índice de investimento por aluno no Brasil ser, em média US\$ 3,5 mil por aluno, quase um terço da média dos membros da OCDE, que é de US\$ 10 mil, segundo o coordenador de Políticas Educacionais do Todos Pela Educação, Ivan Gontijo. Para Bolsonaro, o problema é que há “excesso de professores” no país.

Reprodução/TV Globo



Após agressões e confinamento, MPT denuncia patroa de babá por trabalho análogo à escravidão

O Ministério Público do Trabalho na Bahia (MPT-BA) entrou com um processo contra Melina Esteves França, a patroa da babá que se jogou da janela do banheiro, no terceiro andar de um prédio em Salvador, para fugir de cárcere privado e das agressões da patroa.

A ação civil pública do MPT aponta que Melina submeteu a empregada doméstica à condição de trabalho análogo à escravidão. E que pelo menos duas outras domésticas também foram submetidas às mesmas condições pela patroa.

No dia 2 de setembro foi divulgado um vídeo que mostra as agressões de Melina contra Raiana Ribeiro da Silva, momentos antes dela pular do prédio para escapar das agressões.

O processo corre na 6ª Vara do Trabalho de Salvador. A ação pede a condenação de Melina ao cumprimento da lei, sob pena de multas e o pagamento de indenização por danos morais coletivos de R\$

300 mil, no mínimo. Além das agressões, a patroa ameaçava as domésticas para que não saíssem de casa. Segundo o procurador-chefe do MPT, Luís Carneiro, “esse caso tem todos os elementos mais abomináveis que podem estar presentes numa relação de trabalho e por isso mesmo precisa ser tratado como um divisor de águas, sinalizando claramente para a sociedade que esse tipo de conduta não será tolerado”.

Raiana trabalhou na residência de Melina durante uma semana, período em que, além das agressões, não tinha direito a folga, descanso intrajornada e sequer acesso ao seu celular.

Auditor do trabalho ouviram outras oito pessoas que trabalharam na residência de Melina, e todas relataram terem sido submetidas ao mesmo tratamento: “desrespeito a direitos básicos trabalhistas e agressões verbais e físicas”, como afirma o MPT.

Divulgação



Servidores protestam em Brasília contra projeto apresentado pelo governo

Divulgação



Caminhoneiros unificam reivindicação e defendem piso do frete e debate sobre preço do combustível

Entidades representativas dos caminhoneiros como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), o Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC) e a Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abra-va), se reuniram no sábado (18), em Brasília, e definiram se unir em uma pauta única de reivindicações e ações da categoria.

Após a reunião, que reuniu 60 lideranças de caminhoneiros e associações, cooperativas e sindicatos das cidades de Brasília (DF), Catalão (GO), Luiziana (GO), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ), Volta Redonda (RJ), Petrolina (PE), Recife (PE), Paranaguá (PR), Campo Largo (PR), São José dos Pinhais (PR), Itajaí (SC), Ijuí (RS), Capão da Canoa (RS), Três Cachoeiras (RS), Porto Alegre (RS), Guarulhos (SP), Jundiá (SP), Santos (SP), Ribeirão Preto (SP), Salvador (BA), Itatim (BA), Poções (BA) e Vitória (ES), as entidades divulgaram uma nota pública com os principais encaminhamentos do encontro.

Uma das principais pautas aprovadas é o pedido de

uma agenda de reuniões das entidades com os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) para sensibilizá-los a julgar a constitucionalidade do Piso Mínimo de Frete ainda neste trimestre.

Após ações protocoladas pelas entidades patronais, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e Confederação Nacional da Indústria, que alegam a inconstitucionalidade da Lei, o julgamento está parado há três anos no STF.

“É falácia o discurso dos empresários. O Piso Mínimo de Frete é constitucional. Nós ganhamos fruto da nossa greve de 2018 essa lei do Piso, mas ainda não levamos. As empresas descumprem a Lei, não fazem o pagamento mínimo. O piso mínimo do frete nada mais é do que uma planilha de custos, para o caminhão poder se deslocar”, afirmou Litti Dahmer, diretor da CNTTL e presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí-RS.

Litti classificou como positivo o encontro. “Queremos avançar na nossa pauta da greve de 2018, que foi esquecida pelas autoridades”, afirmou. “Estamos juntos na luta”, disse o presidente da

CNTTL, Eduardo Guterra, após a reunião.

As entidades afirmam ainda que pedirão à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços a participação em audiências públicas para discutir o PL 750/2021, de autoria do Deputado Federal Nereu Crispim (PSL-RS), que trata das políticas de preço adotadas pela Petrobrás sobre os combustíveis e derivados de petróleo.

Entre outras pautas conjuntas aprovadas, estão também o pedido à Frente Parlamentar Mista dos Caminhoneiros Autônomos e Celetistas, da Câmara dos Deputados, para seja colocado em pauta no Congresso o retorno da Aposentadoria Especial com 25 anos de contribuição ao INSS e a inclusão do desconto do INSS pago pelo caminhoneiro (PL2574/2021) na Lei do Documento de Transporte Eletrônico.

A reunião também definiu pela continuidade dos debates entre as entidades na defesa dos interesses da categoria e já marcaram os próximos encontros para 16 de outubro, no Rio de Janeiro, e 20 de novembro, em Porto Alegre.

Força denuncia que empresas tentam intimidar greve de metalúrgicos com viaturas em Curitiba

A central Força Sindical repudiou, em nota, a tentativa das empresas metalúrgicas da Grande Curitiba de coibir e ameaçar o movimento grevista dos trabalhadores, iniciado no dia 10 de setembro, que tentam negociar a data-base da Campanha Salarial do Setor de Máquinas e Metalurgia.

As empresas OMECO, OREGON, TRUTZCHLER e INDUMEC têm se negado a negociar com os trabalhadores e o movimento, liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos, presidido por Sérgio Butka, continua crescendo.

O sindicato denuncia a presença de viaturas da Polícia Militar nas portas das indústrias para intimidar os trabalhadores. Além disso, o sindicato também afirma que os metalúrgicos têm sofrido assédio moral dentro das fábricas, com “pressão da direção das empresas para não se sindicalizarem, evitarem os dirigentes sindicais e uma série de

demais práticas antissindicais promovidas pelo patrão para tentar esfriar a união e mobilização dos trabalhadores”.

Na nota de repúdio, o presidente da Força Sindical, e da CNTM-Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Miguel Torres, afirma que “nós, da Força Sindical e da CNTM, apoiamos as greves e a mobilização dos metalúrgicos da Grande Curitiba e estamos à disposição para ajudar no que for possível para fortalecer a luta contra a pressão policial acionada pelas empresas e garantir uma vitória exemplar nesta importante data-base para toda a classe trabalhadora brasileira”.

“Exigimos que as empresas respeitem as justas reivindicações, deixem de lado estas velhas táticas repressoras e autoritárias e aceitem negociar abertamente com o

SMC”, prossegue a nota.

Segundo o sindicato, mesmo com toda a pressão e ameaças, os trabalhadores continuam mobilizados e a greve continua até a nova assembleia, marcada para acontecer nesta sexta-feira (17), quando os metalúrgicos vão decidir os rumos do movimento.

O sindicato informa também que, por conta da mobilização, os trabalhadores da Omeco, que estão em greve desde o final de agosto, conseguiram conquistar um acordo direto da empresa com o SMC, que garante a data base, a PLR e o emprego. “Os trabalhadores da Omeco, localizada na Cidade Industrial de Curitiba, deram um grande exemplo de mobilização, união e perseverança. Após 2 anos de enrolação do sindicato patronal, com a empresa se negando a negociar com o Sindicato, o copo transbordou e os metalúrgicos de Omeco conquistaram o acordo”, diz o sindicato.

“PEC representa a destruição dos serviços públicos”, denuncia a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB)

O deputado Arthur Maia (DEM-BA) irá apresentar nesta terça-feira (21), novo relatório para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 32), a reforma administrativa. É o terceiro relatório do deputado após pressões da oposição e de entidades de servidores contra o projeto, assim como pressão do governo para que o texto mantenha as medidas de precarização do serviço público defendidas pelo Executivo.

De acordo com análise do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que teve acesso ao texto ainda não apresentado oficialmente, Maia mantém o dispositivo que permite a privatização de serviços públicos, considerada pelos servidores como a espinha dorsal da matéria.

Contrário ao projeto, o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos, considera que é exatamente nesse ponto que está a essência da PEC. “Se tirarem todos os dispositivos da PEC 32 e mantiverem o ‘artigo 37-A’, a destruição dos serviços públicos está assegurada”.

No texto, o dispositivo é classificado como “cooperação” entre a administração pública e privada, no artigo 37-A do relatório, abrindo caminho para aprofundar o emprego de Organizações Sociais (OSCPs), serviços sociais autônomos e outras formas de privatização da prestação dos mais diversos serviços, como na

Saúde – onde já existe – e na Educação.

O texto permite o regime de terceirização da oferta de serviços públicos para entidades privadas com a possibilidade de compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, por meio de pessoal contratado via CLT, afirma o Diap. “É a privatização em massa do serviço público. Permite que o Município, por exemplo, faça convênio com iniciativa privada e repasse à iniciativa privada pela prestação de serviço. Educação, saúde, tudo o que o município achar que deve”, afirma o deputado Rogério Correia (PT-MG).

João Domingos afirma que o novo relatório minimizou os impactos sobre as relações de trabalho do funcionalismo, mas que isso não significa que dê para aceitar a aprovação da PEC32. “Não é o suficiente para aceitarmos. Nós estamos lutando pelo serviço público com acesso universal e gratuito e isso não está modificado, isso é o artigo 37-A”.

São mantidos também dispositivos que ampliam a precarização do serviço público pela via de contratos temporários, e, ainda, a possibilidade de redução salarial e de jornada em até 25% para novos servidores, com exceção dos cargos exclusivos de Estado. Para João Domingos, não há negociação com o que o relator vem propondo e a categoria manterá a pressão “contra o avanço da PEC”.

Sem concurso há 6 anos, INSS aumenta jornada de servidores

Os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) se mobilizam para combater o aumento da jornada de trabalho imposta pelo presidente do Instituto, Leonardo José Rolim Guimarães. Os servidores denunciam que Rolim, de forma unilateral, decretou o retorno às 40 horas semanais, pondo fim à jornada de 30 horas, que era regra desde a década de 1990. A jornada de 30 horas é regulamentada pelos decretos nº 1.590, de 1995, e nº 4.863, de 2003. Os servidores do INSS realizaram uma paralisação na semana passada contra o aumento na jornada, e estão realizando assembleias estaduais com objetivo de discutir a realização de uma possível greve da categoria na Plenária da Fenasps, neste sábado, 18.

De acordo com a Federação, nos últimos cinco anos os servidores da ativa absorveram o trabalho de, pelo menos, 10 mil servidores que se aposentaram e não houve reposição desse quadro, enquanto apenas 68 servidores foram integrados no quadro do INSS entre 2018 e 2021. O último concurso no INSS foi realizado em 2015.

“Diferentes gestões tentaram, sem sucesso, implantar alternativas para o déficit de servidores: digitalização (INSS Digital), metas de desempenho, bônus salarial, convocação de militares. Todas falharam, e a fila de requerimentos ultrapassa 1,8 milhão de processos atualmente. Saiu a fila que dobra o quarteirão, e agora temos a fila virtual, que possui processos na ‘nuvem’ aguardando há mais de 12 meses sem solução”,

explicou a Federação.

Ainda segundo a Federação, esse contexto gerou exaustão aos servidores, que têm metas cada vez maiores. “Apesar de muitas agências terem fechado, há casos de servidores trabalhando até 12 horas para dar conta dos processos, que são complexos, ainda mais se considerando as alterações na lei previdenciária provocadas pela reforma da Previdência (2019). Muitos estão trabalhando à noite e nos finais de semana”, reforçou a nota.

A Federação afirma que as portarias 1345 e 1347, redigidas pela direção do Instituto, estabelecem que os servidores que estiverem em serviço presencial nas agências poderão cumprir 30 horas no atendimento e mais duas horas para completar a jornada.

“A pegadinha do mal é que esta ‘jornada de 40 horas’ com as metas equivale a 10 a 12 horas de trabalho por dia, sem nenhuma compensação. É a forma sinistra da gestão de também obrigar o conjunto da categoria a optar pelo trabalho remoto com metas estratosféricas”, denuncia a Fenasps.

“Os servidores terão que abandonar o teletrabalho e retornar às APS, obrigatoriamente, com exceção apenas aos maiores de 60 anos. Para aqueles que realizam atendimento, devem cumprir as 2h adicionais em trabalhos internos, que requerem absoluta atenção, o que é uma tarefa e tanto após 6h de atendimento intenso ao público”, complementa.

Outra pauta levantada pelo grupo é a defasagem dos salários, que não são reajustados há três anos.



Marcha foi convocada pela central PIT-CNT Uruguaios param contra corte nos salários e privatização do porto de Montevideu

A luta em defesa do emprego, dos salários, dos direitos e do Estado uniu os uruguaios nesta quinta-feira (15) contra a política de desmonte, privatização e desnacionalização aplicada com afinco pelo governo de Luis Lacalle Pou.

Com a palavra de ordem “Com Artigas, pelas grandes maiorias nacionais. Que os mais infelizes sejam os mais privilegiados”, milhares de manifestantes convocados pela central sindical PIT-CNT recordaram seu herói nacional e levantaram a voz, faixas e cartazes pelo desenvolvimento com justiça social.

Unindo as mais diferentes cores e partidos, disseram não ao corte de salários dos trabalhadores públicos e privados, e um basta à entrega da Administração Nacional de Telecomunicações (ANTEL), do porto de Montevideu e da Administração de Combustíveis, Alcoóis e Cimento (ANCAP) para os cartéis transnacionais.

A agenda sindical foi uma demonstração de forças em relação ao referendo que será convocado nos primeiros meses de 2022 propondo a eliminação de 135 artigos dos 500 incluído no pacote de normas conhecido como Lei de Urgente Consideração (LUC). Promulgada por Lacalle em julho do ano passado, a norma neoliberal afronta direitos e liberdades, legislando abertamente em favor dos setores mais privilegiados, denuncia a Frente Ampla (FA).

“Isso é uma greve política, dizem alguns. Vamos levantar a cabeça, essa mobilização não é só sindical, mas de todos os setores populares que, ao apresentarem propostas de trabalho, salário, previdência, papel das estatais, da educação, sim, digamos bem claro, é política. Porque a melhor política são as pessoas atuando na vida nacional”, afirmou Marcelo Abdala, secretário-geral da PIT-CNT.

Membro do secretariado da central, Vanessa Pisano ressaltou que a empresa pública responsável pelo porto atualmente deixou de investir e hoje, “sem qualquer explicação razoável, enfrenta o maior enfraquecimento”. “Nosso porto, que nos deu origem e independência como nação, hoje está doado por 60 anos”, denunciou a dirigente, condenando o “acordo” do governo com a multinacional belga Katoen Natie. “Saiba você, presidente, que o porto não se vende, o porto se defende”, enfatizou.

“É um dia importante porque os trabalhadores recuperam sua estrutura de atores sociais”, defendeu o ex-presidente José Mujica, frisando que se trata de uma mobilização política “no sentido profundo do termo”. “Os trabalhadores estão se manifestando porque precisam de trabalho e lutam para melhorar seu salário quando ele é reduzido. É político porque tem a ver com a distribuição do bolo na sociedade”, acrescentou.

A Federação de Funcionários da Saúde Pública (FFSP) e a Federação Uruguia de Saúde paralisaram para exigir do governo uma equiparação salarial para os servidores públicos que “evite a permanente fuga de profissionais para o setor privado”; “condições de trabalho e de relações laborais”. Além disso, reivindicaram a reforma do trabalho médico, com uma dotação orçamentária mínima, e garantias nos sistemas de urgência e emergência. Devido às atuais circunstâncias, anestestesistas e atividades ligadas à oxigenação, bastante acionadas com a pandemia, mantiveram seu ritmo normal.

“CRISE SANITÁRIA, ECONÔMICA E SOCIAL”

Participando da greve de 24 horas, a Federação Uruguia do Magistério – Funcionários da Educação Primária e a Federação Nacional de Professores da Educação Secundária se somaram frisando que “esta é uma crise sanitária, porém também econômica e social e exigimos que o governo se faça responsável. Porque as consequências quem as segue pagando é o povo, com uma profunda desigualdade”. “Não nos acostumamos a que a dor seja naturalizada, nem a desigualdade nem a fome”, enfatizou.

Entre as propostas do setor está a aplicação do Orçamento de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) para a Administração Nacional de Educação Pública (ANEP) e a Universidade da República, assegurar a alimentação das crianças por meio dos restaurantes escolares; garantir a continuidade do Programa Professores Comunitários e trabalhar para que seja estendido a todas as escolas do país.

Os trabalhadores do setor financeiro público paralisaram em defesa do emprego, do salário e da negociação coletiva, por empresas públicas fortes a serviço do Uruguai e de seu povo e por uma Previdência Social justa, solidária e eficiente.

Produtores rurais a cavalo repartiram legumes e verduras à população: “É inadmissível a fome em um país com tanta produtividade (Vanni Gonzo)

Como frisou Marcelo Abdala, “é intolerável que em um país como o nosso, nesta pátria de Artigas que pode alimentar 20 vezes mais do que a sua população, um só oriental passe fome”.

Um dos elementos de destaque da marcha esteve relacionado ao Instituto Nacional de Colonização (INC), com muitos assentados e trabalhadores rurais chegando a cavalo para manifestar sua frontal oposição aos inúmeros atropelos do governo.

“Nossos adversários são os mesmos: a especulação financeira, o interesse estrangeiro pelos nossos recursos e a intermediação, astuta intencionalidade, de quem pede o desmantelamento de um Estado protetor e presente”, afirmou Soledad Amaya Correa, representante de assentados e trabalhadores rurais.

Nossos inimigos, frisou Correa, “são os mesmos que se locupletam com os benefícios fiscais e têm leis que os protegem do pagamento de impostos por suas grandes extensões de terra, são os que reprimem os trabalhadores organizados, promovem a redução dos salários dos trabalhadores do campo e reivindicam o desaparecimento do Instituto Nacional de Colonização”. “São os genuínos representantes da oligarquia nacional e do agronegócio”, condenou.

“Viemos denunciar que é impossível promover um modelo de desenvolvimento sustentável, amigo do meio ambiente e comprometido com as gerações futuras sem o INC. Como pensar a soberania, em seu sentido mais amplo, sem termos o Estado como parceiro? Os abutres que rondam são os mesmos que traíram os ideais de Artigas ao longo da história”, destacou a dirigente rural.

Chefe do Estado-Maior preveniu o Pentágono a recusar ordens de Trump



General agiu preventivamente contra qualquer ‘loucura nuclear’ de Trump

Ato em apoio aos trumpistas que invadiram Capitólio resulta em fiasco

Foi um fiasco o ato convocado por trumpistas a Washington para exigir ‘Justiça para 6’, no sábado (18), segundo a Associated Press, e mais polícia do que protestantes. Se a intenção era de chamar a atenção para os presos da baderna na invasão do Capitólio, acabou mais parecendo uma confissão de isolamento.

Os incidentes foram poucos, ao contrário do que fora visto em janeiro, quando a turba assolou e tomou o Congresso aos gritos de “enforcem Pence”, tentando impedir a proclamação do resultado do colégio eleitoral e abrir caminho para o golpismo de Trump, que segue dizendo ter sido “roubado”.

Por via das dúvidas, as autoridades de Washington recolocaram a grade que esteve por semanas protegendo o Congresso dos EUA e posicionaram alguns caminhões basculantes. A Guarda Nacional ficou de prontidão, mas não precisou ser acionada.

Ainda segundo a AP, “os únicos paralelos claros com os distúrbios de mais de oito meses atrás por partidários de Donald Trump foram as falsas alegações feitas pelos organizadores do comício sobre a violência naquele dia de janeiro, quando o Congresso se reuniu para certificar a eleição de Joe Biden”.

Os parlamentares republicanos, incluindo aqueles que votaram naquele dia para desafiar a eleição de Biden, evitaram dar as caras no ‘comício’ de sábado.

O organizador da coisa, Matt Braynard, criticou os governantes eleitos por não apoiarem os que estão agora na prisão e apresentou candidatos trumpistas que estão concorrendo nas eleições intermediárias do próximo ano. O espalha-vírus foi sem spray de urso, desta vez.



Ato contra julgamento de invasores foi esvaziado

Alguns contramanifestantes apareceram para curtir com a cara dos trumpistas e a polícia precisou fazer certa contenção.

Quanto aos incidentes propriamente ditos, um elemento foi preso na multidão por portar uma faca e um segundo homem foi preso depois que alguém relatou que o vira carregando o que parecia ser uma arma, disse a polícia. Duas outras pessoas que a polícia diz serem procuradas no Texas – por uso de arma de fogo e violação de liberdade condicional – foram presas após serem paradas perto do Capitólio.

Em 6 de janeiro, a turba agitada por Trump rompeu o frágil cordão policial em torno do Capitólio e tomou o Congresso de assalto. Um policial foi espancado e atacado com uma arma de choque repetidamente até que teve um ataque cardíaco; outro estava espumando pela boca e gritando por socorro enquanto os desordeiros o esmagavam entre duas portas e golpeavam sua cabeça com sua própria arma, lembrou a AP. Deputados, senadores e até o próprio vice-presidente precisaram ser levados, às pressas, para se esconderem dos arruaceiros.

De acordo com a agência de notícias, que revisou centenas de registros de prisões de réus do assalto ao Capitólio, são 63 detidos sob custódia federal aguardando julgamento ou

audiências de sentença, com 30 deles em Washington.

Um dos mais notórios, o ‘Louquito de Chifres’, se declarou culpado e em breve terá sua sentença proclamação, estando sujeito a 20 anos, mas na espera de 3 ou 4 anos, nos termos do acordo com os promotores.

O Tribunal de Apelações dos EUA para o Circuito do Distrito de Columbia estabeleceu padrões para os juízes aplicarem na decisão de prender um réu do ataque ao Capitólio.

Um painel de três juízes decidiu em março que manifestantes acusados de agredir policiais, arrombar janelas, portas e barricadas ou desempenhar papéis de liderança no ataque estavam em “uma categoria diferente de periculosidade” do que aqueles que apenas aplaudiram a violência ou entraram no prédio depois que ele foi violado.

Outros réus condenados à prisão enquanto aguardam o julgamento incluem um homem acusado de arrastar um policial escada abaixo para ser espancado com o mastro de uma bandeira americana e outro homem acusado de liderar um grupo de manifestantes subindo as escadas do Capitólio para confrontar os oficiais. Do Oath Keepers, um grupo fascista norte-americano, apenas três integrantes permanecem presos.

O general Mark Milley fez o alerta contra qualquer odem bélica que partisse de Trump depois dele haver estimulado sua horda de apoiadores a invadirem a sede do Congresso norte-americano

Alarmado com o estado mental de Donald Trump, o chefe do Estado-Maior Conjunto dos EUA, general Mark Milley, tomou medidas excepcionais em sigilo em janeiro, pouco depois da invasão do Capitólio, para prevenir que atos de desatino do presidente perdedor pudessem resultar até mesmo em atos de guerra nuclear, de acordo com o novo livro do jornalista Bob Woodward, “Peril” [Perigo], escrito em parceria com Robert da Costa, sobre os dramáticos dias de janeiro.

E dele e de Costa a revelação de que foi a presidente da Câmara, Nancy Pelosi, que acionou o general Milley, alertando-o para a gravidade da situação: “Está louco”.

DESESPERO DE TRUMP

Na terça-feira, o Washington Post, jornal a que os dois estão vinculados, divulgou trechos do livro, que mostram Milley organizando no Pentágono e nos serviços secretos norte-americanos a recusa a serem arrastados para alguma ação desesperada de Trump.

Woodward, conhecido mundialmente pelo seu papel no caso Watergate, que resultou na renúncia de Nixon, tem sido um constante cronista dos bastidores do poder em Washington.

A transcrição do telefonema: “Que precauções estão disponíveis para evitar que um presidente instável inicie hostilidades militares ou acesse códigos de lançamento e ordene um ataque nuclear?”, perguntou a presidente da Câmara.

“Se não puderam impedir-lo de invadir o Capitólio, quem sabe o que mais ele poderá fazer?”, acrescentou Pelosi. “Está louco, você sabe que sim, e o que ele fez ontem é mais uma prova da sua loucura”.

“Concordo com você em tudo”, disse o chefe do Estado-Maior Conjunto, depois de argumentar

que o sistema tinha “muitos controles” para evitar um comportamento extremo de Trump.

DESATINO

O que foi seguido por uma reunião sigilosa no Pentágono, cuja principal determinação foi de que seus subordinados deveriam informar a Milley antes de cumprir qualquer ordem dada por Trump, ainda mais caso se tratasse de um ataque nuclear.

E, no dia 8, o chefe do Estado-Maior norte-americano falou pelo telefone vermelho com seu homólogo chinês, para afastar qualquer possibilidade de incidente temida por Pelosi e por ele próprio.

Na avaliação dos autores do livro, Milley agiu movido pelo temor de “uma guerra acidental com a China ou outros”, “uma ruptura histórica na ordem internacional”.

Naquela altura, não havia como ter certeza sobre nada diante um presidente que seguia se negando a admitir a derrota nas urnas, que dizia ter sido roubado na eleição e cuja horda de seguidores havia irrompido no Congresso, agulados por ele, aos berros de “enforcem Pence” – o vice, que se recusara embarcar na aventura golpista.

Em meio aquele dia de demonstração de insanidade até haviam improvisado uma força nas imediações do Capitólio. Além disso, quando circularam nos corredores do Capitólio reproduziram um mote de uma série de terror, gritando, “Na-aan-ny [a setuagenária presidente democrata da Câmara], apareça para brincar”. E com as forças ligadas a Trump tendo impedido por horas que a Guarda Nacional fosse acionada para dar conta da baderna no Capitólio, enquanto senadores, deputados e até o próprio vice-presidente escapando por minutos de possivelmente serem transformados em reféns.

Vietnã aprova o uso emergencial da vacina Abdala de produção cubana

O Vietnã aprovou a vacina Abdala de Cuba para uso emergencial contra o coronavírus, anunciaram as autoridades sanitárias vietnamitas, após rigorosa avaliação como registrou a BioCubafarma. Já se encontra em visita oficial a Havana o presidente do Vietnã, Nguyen Xuan Phuc, que chegou no sábado.

“O Ministério da Saúde aprovou a vacina Abdala, com base na necessidade urgente do país de combater o Covid-19”, disse o governo em um comunicado. O ministério disse no mês passado que Cuba fornecerá grandes quantidades de Abdala ao Vietnã e transferirá a tecnologia de produção até o final do ano.

E a oitava vacina contra a Covid-19 aprovada para uso no Vietnã. O Vietnã registrou 667.650 infecções por coronavírus e 16.637 mortes – a grande maioria das quais devido à variante Delta, cujo surto começou no final de abril. Na fase anterior da pandemia, o Vietnã tinha sido um dos países com melhor desempenho. Apenas 6,3% de seus 98 milhões de pessoas receberam pelo menos duas vacinas.

São três as vacinas

contra a Covid-19 desenvolvidas por Cuba: Abdala, Soberana 02 e Soberana Plus. Segundo cientistas cubanos, tanto a Abdala quanto a Soberana 02 apresentam mais de 90% de eficácia contra o aparecimento dos sintomas da doença.

Na quinta-feira, ocorreu por videoconferência o primeiro intercâmbio oficial entre especialistas cubanos e especialistas da Organização Mundial e Pan-Americana da Saúde (OMS/OPAS), para apresentação dos resultados alcançados pelas vacinas desenvolvidas em Cuba.

Cientistas cubanos deram explicações sobre o processo de avaliação dos resultados e certificação do cumprimento das boas práticas clínicas e de fabricação, que deram origem à Autorização de Uso Emergencial das vacinas Abdala, Soberana 02 e Soberana Plus. Presente ao encontro, o subdiretor da OPAS, Dr. Jarbas Barbosa, reconheceu o esforço e os resultados de uma nação como Cuba no desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19 e como isso pode contribuir para a equidade no acesso a esses imunizantes para nossa região e para o mundo.

Argentina: Fernández muda gabinete e reúne com governadores para ‘relançar governo’

Depois da derrota nas primárias eleitorais argentinas, o presidente Alberto Fernández anunciou mudanças no gabinete ministerial e reuniu-se com governadores de 14 Províncias (equivalentes aos nossos Estados) neste sábado (8) para solenidade do que denominou “relançamento do governo nacional”.

O encontro se dá depois de reunião com a vice-presidente Cristina Kirchner e da carta aberta que publicou, na noite de quinta-feira (16), na qual ela enfatizou problemas econômicos que teriam levado ao insucesso no pleito mais recente. Cristina apontou entre outros fatores negativos, a inflação alta que corrói salários sem reposição, o desemprego elevado e a falta de investimentos e outras iniciativas que possam gerar emprego.

Entre as mudanças ministeriais, a mais significativa foi a saída de Santiago Cafiero do cargo de Chefe de Ministros (equivalente a Chefe da Casa Civil) que passou a ministro do Exterior, enquanto que Juan Mansur, assume o posto de Cafiero. Segundo o jornal Página 12 esta era uma das reivindicações centrais da vice-presi-



Presidente com governadores na Província de La Rioja

dente Cristina Kirchner, que espera que assim o governo adquira mais agilidade.

Assim que tomou posse, Mansur, que até hoje governava a Província de Tucumán, destacou que, na reunião, foram ouvidos os reclamos dos governadores e “fizemos um balanço da situação atual, um balanço das eleições e o presidente foi claro em sua autocrítica”. Ele declarou que “temos que trabalhar sem descanso para acelerar as respostas com as quais necessitamos chegar a cada argentino e cada argentina”.

Em declaração conjunta, os governadores afirmaram

apoio ao presidente argentino destacando que estão “comprometidos a corrigir rápido o que é necessário corrigir”.

O governador da Província de La Rioja, anfitrião do encontro, assegurou: “Vamos sair fortalecidos desta crise no marco de um processo de reordenamento”.

A partir de agora, a expectativa é pelas medidas concretas que possam vir ao encontro dos anseios apontados pelo resultado eleitoral adverso, apesar de que os ministros da Economia, Martín Guzmán, e da Indústria, Matías Kulfas, estão mantidos.



Gavin Newsom derrotou trumpistas Governador da Califórnia ganha eleição revogatória com 63,9% da votação

O trumpismo sofreu uma derrota retumbante na eleição revogatória na Califórnia, com o governador democrata Gavin Newsom sendo mantido pelo voto de 63,9% dos 13 milhões de pessoas que foram às urnas, numa eleição transformada pelos republicanos num plebiscito contra a política de vacinação e uso de máscara facial e a favor de tudo que é atraso e retrocesso.

A participação foi de 60%, quando em outras eleições revogatórias o quórum foi de apenas 20%. Na eleição revogatória (“recall”), que existe na lei estadual da Califórnia desde 1911, o governador pode ser destituído caso isso seja aprovado em uma votação requerida por 12% dos votantes no último pleito.

Encabeçando a mobilização trumpista, Larry Elder, um radialista de 69 anos, ultraconservador, negacionista de carteirinha, apoiador e amigo do ex-presidente, adepto do fim do salário mínimo e das proteções ambientais e, ainda, favorável à demissão de 15 mil professores públicos. Ele prometeu que, se eleito, iria abolir os mandatos de máscaras faciais e de vacinação.

A Califórnia é o estado mais populoso dos Estados Unidos e uma das fortalezas econômicas do país, o de maior peso no colégio eleitoral e na atualidade vota majoritariamente democrata. Em 2003, um ‘recall’ tirou um governador democrata e colocou no lugar o ator Arnold Schwarzenegger.

Como destacou o portal progressista People’s World, em sua campanha pelo ‘Não’ à destituição, o governador Newsom advertiu que embora tenhamos derrotado Trump, “o trumpismo não está morto neste país”.

“A grande mentira. A insurreição de 6 de janeiro. Todos os esforços de supressão de votos que estão acontecendo em todo o país. O que está acontecendo, o ataque aos direitos fundamentais, direitos protegidos constitucionalmente de mulheres e meninas. É um momento marcante na história de nossa nação”, sublinhou.

Na noite da eleição, Newsom agradeceu ao povo da Califórnia por “rejeitar o cinismo e a intolerância e escolher a esperança e o progresso”. Ele ainda tem 14 meses restantes em seu mandato. Antes de ser eleito governador em 2018 pela maior margem desde 1950, havia sido prefeito de São Francisco por dois mandatos e vice-governador também por dois mandatos.

Com o trumpismo jogando pesado e na ofensiva, em alguns momentos pareceu que havia chance real de o recall passar. Mas, à medida que foi ficando claro que se tratava de um referendo sobre o negacionismo e o retrocesso, e com o agravamento do quadro sanitário nos EUA sob a variante Delta de epicentro nos Estados controlados pelos republicanos, a manobra trumpista gorou.

Na realidade, a Califórnia foi um dos Estados dos EUA em que houve um esforço maior para seguir a orientação da ciência no trato com a pandemia e o Estado tinha uma das maiores taxas de vacinação do país. Mas, sob a crise que perdura nos EUA, e que a pandemia agravou, além da herança maldita dos quatro anos de Trump, não faltam problemas no Estado, dos incêndios florestais descontrolados à proliferação dos sem teto.

Como registrou o jornal em espanhol La Opinión, voltado para a minoria latina, os trumpistas culpam Newson “por todos os males da Califórnia, reais ou fictícios”, apresentando a imagem falsa de “um Estado supostamente em colapso, afogado no crime, e sendo abandonado por seus habitantes e empresários”.

“A Califórnia foi um caso de teste para os republicanos verem até que ponto eles poderiam culpar os democratas por todas essas coisas e os eleitores enviaram uma mensagem de que eles não estão comprando o que os republicanos estão vendendo”, observou o People’s World.

Um fator que pesou para a viabilização da votação do recall foi o vazamento da presença do governador com dez pessoas, num restaurante chique, sem máscara e sem distanciamento social, em pleno período de quarentena. Um erro que quase custou muito caro para ele e, provavelmente, se tivesse vingado, ainda mais para a maioria dos habitantes da Califórnia.

A campanha pelo ‘Não’ congregar as forças democráticas e progressistas da Califórnia, estudantes, sindicatos e entidades femininas e populares, lideranças latinas e negras, e nos últimos dias foi reforçada por pesos pesados como a vice Kamala Harris, oriunda do Estado, os senadores Bernie Sanders e Elizabeth Warren, e o próprio presidente Biden, que chamou o antagonista Larry Elder de “a coisa mais próxima de um clone de Trump que eu já vi”.



Porta-voz da Chancelaria, Zhao Lijian, denunciou “mentalidade de guerra fria” dos EUA

Deportação de haitianos “é injusto e cruel”, denuncia a deputada Pressley

O governo Biden anunciou no sábado (18) que irá acelerar as deportações para o Haiti e outros lugares de milhares de migrantes, a maioria haitianos, que estão apinhados debaixo e em torno de uma ponte em condições miseráveis, na cidade texana fronteira de Del Rio.

Segundo o comunicado do Departamento de Segurança Interna (DHS, Homeland), irá “garantir transporte adicional para acelerar o ritmo e aumentar a capacidade de voos de remoção para o Haiti e outros destinos no hemisfério nas próximas 72 horas”.

A Casa Branca – assevera – “instruiu agências americanas apropriadas para trabalhar com o governo haitiano e outros governos regionais para fornecer assistência e apoio aos repatriados.”

Para não deixar dúvidas, o DHS explicou que “a maioria dos migrantes continua a ser expulsa” sob a autoridade do Título 42, e aqueles que não podem ser deportados usando essa política de saúde pública “e não têm uma base legal para permanecer serão colocados em procedimentos de remoção acelerada.” Com esse objetivo, o DHS fechou o Porto de Entrada Del Rio e levou centenas de agentes e oficiais para a área.

Ou seja, Biden vai continuar a política iniciada pelo antecessor Trump de expulsar a jato requerentes de asilo, invocando falsamente uma seção da Lei de Segurança Pública. Pior: na quinta-feira um juiz federal ordenou que o governo sustasse essa

manobra, mas a Casa Branca já anunciou que irá apelar.

Note-se que o Haiti acabou de sofrer novo terremoto e de ser atingido por uma tempestade tropical e, desde junho, está praticamente sem governo, depois do assassinato do presidente Jovenel Moise. E é para lá que o bondoso Biden quer mandar essa gente desesperada e desamparada a toque de caixa.

Até mesmo integrantes do partido de Biden têm reagido. O senador Ed Markey assinalou no Twitter que “o Haiti ainda está se recuperando de Covid, instabilidade política, um recente terremoto e uma tempestade tropical”. “Devemos nos concentrar em um esforço humanitário, não deportar as pessoas de volta para um ambiente instável.”

“INSENSÍVEL”

“Que o ICE continue a realizar as deportações em massa de nossos vizinhos haitianos – com o Haiti em meio a sua pior crise política, de saúde pública e econômica – é cruel e insensível”, desabafou ao The Hill a deputada Ayanna Pressley, de Massachusetts, estado que tem a terceira maior diáspora haitiana.

“Horas depois do terremoto de magnitude 7,2, o presidente Joe Biden divulgou um comunicado dizendo que os Estados Unidos eram um ‘amigo’ do Haiti. Um ‘amigo’ não

infiltra continuamente dor a outro amigo”, condenou Guerline Jozef, co-fundador e diretor executivo da Haitian Bridge Alliance.

“E, no entanto, hoje, apenas um mês após este terremoto e tempestade devastadores que resultaram na morte de mais de 2.200 haitianos, feriram 12.000 pessoas, danificaram ou destruíram 120.000 casas e deslocaram centenas de milhares de pessoas, o governo enviou um avião cheio de famílias para o Haiti sob o Título 42, incluindo crianças menores de três anos, sem lhes oferecer proteção legal e a oportunidade de pedir asilo”, acrescentou Jozef.

DECEPÇÃO IRRITANTE

Uma semana após a morte de Moise, o secretário do DHS, Alejandro Mayorkas, anunciou que os migrantes haitianos que tentassem viajar para os EUA de barco seriam interceptados pela Guarda Costeira e devolvidos ou enviados a um terceiro país para reassentamento.

Para Clara Long, da Human Rights Watch, “é hora de parar imediatamente todos os voos de deportação e expulsão para o Haiti. E – finalmente – nos comprometemos com uma abordagem justa e acolhedora na fronteira.” Essa política em curso na fronteira – sublinhou – “é anti-negros, promete usar procedimentos injustos e é, francamente, uma decepção de enfurecer”.

Chile vacina crianças de 6 a 12 anos com CoronaVac

O Chile se tornou o primeiro país da América do Sul a iniciar a vacinação contra a Covid-19 em crianças entre 6 e 12 anos, na segunda-feira (13). A agência reguladora de medicamentos do Chile aprovou no início do mês o uso da Coronavac, produzida pela farmacêutica chinesa Sino-vac, para uso em crianças com mais de 6 anos. A medida amplia o público incluído na campanha de vacinação do país.

O país vacinou mais de 3.000 crianças portadores de doenças crônicas no primeiro dia desta campanha, e nas próximas semanas o ciclo será estendido às escolas, informou na terça-feira (14) o ministro da Saúde, Enrique Paris.

Ele afirmou que o Chile não é o primeiro país a vacinar crianças no mundo, pois na China mais de 40 milhões de menores já se imunizaram na região e Cuba iniciou essa vacinação há duas semanas.

Até agora, foram aplicadas 1,6 milhão de doses em menores de 18 anos no Chile, disse. Cerca de 600.000 já receberam a segunda dose e a meta são três milhões.

“No Chile, em geral, a tradição dos programas de vacinação nos indica que as crianças se vacinam muito mais do que os adultos”, expressou Paris, destacando que são esperados os resultados de novos estudos para autorizar a vacinação de menores de 6 anos.

A vacinação contra a Covid-19 começou em 3 de fevereiro

no Chile e avançou rapidamente. 87% da população – alvo – 15 dos 19 milhões de habitantes –, já estão completamente imunizados.

A subsecretaria de Saúde Pública do Chile, Paula Daza, respondeu aos que questionaram a necessidade de imunizar os menores, assinalando que “não é verdade que os menores não sofrem com a doença. As crianças também podem adoecer (de Covid). 12% dos casos que tivemos no país até metade do ano foram em menores de 18 anos”.

A decisão chega em um momento em que vários outros países com campanha de vacinação avançada começam a enfrentar um aumento de casos com crianças, especialmente com a variante Delta, como os Estados Unidos.

O Chile testemunhou uma queda considerável de infecções nas últimas semanas, e registrou somente 435 casos novos na última segunda-feira. O país acumula um total de 1,6 milhão de casos confirmados e pouco mais de 37 mil mortes de Covid-19.

Um estudo conduzido por cientistas do laboratório Sinovac, na China, publicado na terça-feira (29/08), já afirmou que a vacina contra a Covid-19 Coronavac é segura e eficaz

China condena EUA por fomentar corrida armamentista no Pacífico

O envolvimento dos EUA, Inglaterra e Austrália para colocar submarinos com armas nucleares no Pacífico compromete os esforços internacionais para conter a proliferação nuclear

A China condenou a promoção da corrida armamentista no Oceano Pacífico após o anúncio pelo presidente dos EUA, Joe Biden, o primeiro-ministro da Inglaterra, Boris Johnson, e o primeiro-ministro australiano, Scott Morrison, de um “acordo de trilateral” denominado AUKUS.

O acordo, que visa reforçar o belicismo na região ou, nas palavras deles, “fortalecer as capacidades navais na região”, inclui municiar a Austrália com submarinos norte-americanos de propulsão nuclear. Tais navios devem “patrulhar” a região dos Oceanos Índico e Pacífico.

Esse envolvimento Estados Unidos, Grã-Bretanha e Austrália em termos de submarinos nucleares “mina seriamente a paz e a estabilidade regionais, intensifica a corrida armamentista e compromete os esforços internacionais de não proliferação nuclear”, afirmou o porta-voz da diplomacia chinesa, Zhao Lijian, denunciando, nesta quinta-feira (16), a operação realizada no marco dessa nova aliança.

“GUERRA FRIA”

O diplomata chinês discordou da suposição de que os submarinos utilizariam a energia nuclear só para sua propulsão e acusou os três países de exibir uma “mentalidade de guerra fria” e ameaçar com armas nucleares para fins geopolíticos.

Zhao considerou que a aquisição de submarinos dos EUA contradiz os compromissos da Austrália sobre a não proliferação nuclear.

Um especialista militar chinês que pediu anonimato disse à agência de notícias Global Times que “no momento, apenas Estados com armas nucleares têm submarinos nucleares”. Para ele um submarino nuclear, como os que os EUA farão chegar à Austrália, tem a capacidade de “lançar um ataque nuclear de segundo turno em uma guerra nuclear. Então, quando a Austrália adquirir tal armamento e tecnologia, o país representará potencialmente uma ameaça nuclear para outros países, porque é fácil para os EUA e o Reino Unido implantar armas nu-

cleares e mísseis balísticos lançados por submarino nos submarinos australianos se eles acreditarem que é necessário, e as promessas de Biden e Morrison de ‘não buscar armas nucleares’ não têm sentido. “

Alguns estrategistas e políticos australianos também compartilham preocupações semelhantes. O analista de defesa e estudos estratégicos da Australian National University, Hugh White, disse à rádio ABC na quinta-feira que a questão do submarino nuclear “é um problema muito grande, cheio de riscos e mudanças na forma como a Austrália aborda a região”.

White disse que isso seria visto como mais uma prova de que a Austrália se aliou aos EUA contra uma China em ascensão e que o país não ganha nada com isso.

VETO DA NOVA ZELÂNDIA

A Nova Zelândia, um dos membros da Aliança Cinco Olhos (Five Eyes Alliance), composta ainda por Austrália, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos, também está ciente do perigo do novo pacto AUKUS e quer ficar longe dele. A primeira-ministra Jacinda Ardern anunciou que vetará a entrada em suas águas territoriais de futuros submarinos nucleares australianos, como parte da política antinuclear adotada na década de 1980, informou o Sydney Morning Herald, na quinta-feira (16).

MACRON

O anúncio também teve uma rápida reação da França, que negocia uma venda de submarinos convencionais para a Austrália. O ministro das Relações Exteriores Jean-Yves Le Drian, criticou os Estados Unidos, chamando a aliança contra a China de “brutal”, ao compará-la com as ações do ex-presidente Donald Trump.

“Esta decisão unilateral, brutal e imprevisível é muito semelhante ao que fez o presidente Trump”, denunciou Le Drian em entrevista à estação France Info, insistindo que “isso não é feito entre aliados” e terá consequências. “A nossa posição é de grande firmeza, de incompreensão e de pedir esclarecimentos”, acrescentou.

Indonésia critica EUA por envio ao Pacífico submarinos que comportam mísseis nucleares

A Indonésia reagiu na sexta-feira (17) ao anúncio da venda de submarinos nucleares à Austrália, feito por Washington e Londres, advertindo sobre a “continua corrida armamentista e projeção de poder militar na região” e os riscos à não-proliferação nuclear trazidos por tal transação, comemorada via conferência virtual pelo presidente Joe Biden, o primeiro-ministro britânico Boris Johnson e o primeiro-ministro australiano, Scott Morrison, como parte de uma recém criada aliança bélica Austrália-Reino Unido-Estados Unidos (AUKUS).

A promoção da corrida armamentista no Pacífico e volta da mentalidade de guerra fria já fora condenada na véspera pela China, que denunciara que essa implantação de submarinos nucleares “mina seriamente a paz e a estabilidade regionais e compromete os esforços internacionais de não proliferação nuclear”.

O Ministério das Relações Exteriores indonésio exortou a Austrália a cumprir suas obrigações de “manter a paz, estabilidade e segurança” na região do Pacífico, de acordo com o Tratado de Amizade e Cooperação assinado por nações do Sudeste Asiático.

Nos termos do anúncio Washington-Londres-Canberra, os submarinos norte-americanos de propulsão nuclear cedidos à Austrália irão “patrulhar” a região dos Oceanos Índico e Pacífico. Embora asseverem

que esses submarinos não terão armamento nuclear, sua implantação caso os EUA queiram não terá, do ponto de vista operacional, qualquer empecilho.

Outra reação de repúdio partiu da vizinha Nova Zelândia, cuja primeira-ministra, Jacinda Ardern, reiterou que vetará a entrada em suas águas territoriais de futuros submarinos nucleares australianos, como parte da política antinuclear adotada na década de 1980.

Analistas consideram o recém-criado Pacto AUKUS como mais um lance da tentativa dos EUA de cerco à China, no esforço para inviabilizar o desenvolvimento da milenar nação asiática e deter o declínio norte-americano.

Observadores australianos consideraram uma estupidez amarrar o destino do país ao de Washington e, gratuitamente, romper com a China, principal parceiro comercial da Austrália e país que mais se envolve no mundo há décadas.

Mas talvez em nenhum lugar a repercussão tenha sido tão negativa quanto em Paris, que, nas palavras de do chanceler francês Jean-Yves Le Drian, foi “esfaqueada pelas costas”, com o rompimento australiano do acordo para fabricação de 12 submarinos diesel de tecnologia francesa, no valor de US\$ 50 bilhões, em favorecimento dos estaleiros bélicos da América.

Leia mais no site do HP

Zé Kéti, o samba tem opinião (2)

Continuação da edição anterior

Por seu talento e atitudes, José Flores de Jesus, o Zé Kéti, merece, sem dúvida, estar no panteon dos grandes construtores da música brasileira no século que passou

IRAPUAN SANTOS

No ano de 1960, Zé Kéti retorna à Portela, depois de um período de afastamento em que andou pelas bandas da vizinha União de Vaz Lobo.

Zé Kéti vence a escolha do samba-enredo. Seu samba “Viagem Pitoresca Através do Brasil”, feito em parceria com Sebastião Balbino, Nilton Batatinha e Carlos Elias, baseado na obra do pintor João Maurício Rugendas, dá o campeonato à Portela em 1962. No ano seguinte, Zé Kéti compõe dois sambas magistrais, que ficariam definitivamente incorporados ao que de melhor se produziu na azul e branco de Oswaldo Cruz: “Portela Feliz” e “Jaqueira da Portela”, que Paulinho da Viola registraria em inesquecível gravação.

CONJUNTO A VOZ DO MORRO

A partir do seu retorno vitorioso à Portela e ancorado no prestígio que granjeara no mundo do samba, Zé Kéti organiza o conjunto “A Voz do Morro”, quando, ao lado dos portelenses Jair do Cavaquinho, Oscar Bigode (Diretor de Bateria), o estreante Paulinho da Viola e Zé Cruz, reúne o mangueirense Nelson Sargento, o salgueirense Anescarzinho e o compositor egresso da Aprendizizes de Lucas, Elton Medeiros.

Paralelamente sucedem-se encontros desses sambistas na casa de Agenor de Oliveira, o Cartola, na rua dos Andradas, no Centro do Rio. Datam deste período alguns grandes sambas que ainda hoje são referência na Música Popular Brasileira, como “Mascarada” (Elton Medeiros/Zé Kéti), “Diz que Fui Por Ai” (Zé Kéti/Hortêncio Rocha), “O Sol Nascerá” (Cartola/Elton Medeiros), “Recado” (Paulinho da Viola/Casquinha).

Neste período, um dos esforços principais de Zé Kéti era estimular a profissionalização dos sambistas com ele compunham o conjunto “A Voz do Morro”, e ele estava certo, hoje não há quem ponha em dúvida a qualidade e a importância de Paulinho da Viola, Nelson Sargento e Elton Medeiros.

O ZICARTOLA

“Zicartola era um restaurante, na rua da Carioca, no Rio de Janeiro, onde se comia um angu feito pela Zica (mulher de Cartola) e se ouvia samba: Cartola, Nelson Cavaquinho, Zé Kéti, Geraldo Neves, Padeirinho, Laurindo do Cabuçu, Elton Medeiros, Jorge do Pandeiro, Paulinho da Viola – e o único que não cantava samba e era admitido – João do Vale”. Essa é a definição de Oduvaldo Viana Filho, o Vianinha, para o Zicartola, que transformouse em cenário do encontro de sambistas, intelectuais, artistas e universitários.

Zé Kéti era uma espécie de mestre de cerimônias do restaurante e além de apresentar novos valores, era o promotor dos sambistas que andavam meio esquecidos, como Nelson Cavaquinho e mesmo o próprio Cartola. Por outro lado, Zé Kéti, então o sambista com maior poder de articulação, travou conhecimento com jovens do CPC da UNE, compondo em parceria com Carlos Lyra o “Samba da Legalidade”, reproduzindo, de certa maneira, o papel de articulador que Paulo da Portela tinha representado para o samba no início do século e que o levou a ser considerado



por Marília T. Barboza da Silva e Lygia Santos, no livro “Paulo da Portela- Traço de União entre Duas Culturas”. “O CPC – Centro Popular de Cultura, ligado à União Nacional dos Estudantes, nasceu em 1960 com o espetáculo “A Mais-Valia Vai Acabar, seu Edgar”, de Oduvaldo Viana Filho, e teve sua curta existência interrompida em 1964 pelo golpe militar. Desenvolveu um intenso programa (teatro, cinema, edições, cursos, seminários, etc.), produzindo, inclusive, o filme ‘Cinco Vezes Favela’, com episódios realizados por Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman, Marcos Farias, Miguel Borges e Carlos Diegues. O CPC teve três diretores, Carlos Estevam (12/61 a 12/62), Carlos Diegues (três meses), e Ferreira Gullar (até 64)”, segundo Fernando Peixoto no livro “Vianinha – Teatro – Televisão – Política”.

O Centro Popular de Cultura da UNE foi resultado de um esforço sincero e louvável de uma parcela da intelectualidade universitária da época em se aproximar do povo para desenvolver uma arte que levasse a uma reflexão mais profunda sobre a realidade brasileira. Dentro disso, consideravam fundamental buscar interação com formas de expressão popular, como literatura de cordel, a música regional e o samba. Alguns críticos, em nome de um certo ranço puritano, fizeram reparos à aproximação desses jovens de classe média aos compositores populares, em especial à parceria Zé Kéti/Carlos Lyra.

Esquecem-se apenas que foi exatamente essa mesma classe média que entregaria à luta revolucionária, nos anos seguintes, alguns de seus melhores filhos, que não poucas vezes pagariam com a própria vida seu compromisso com a arte, o povo e o País, garantindo com isso, inclusive, a esses “defensores da pureza da música brasileira”, o direito de falar esse tipo de coisa.

ROSA DE OURO

Da confluência alimentada pelo Zicartola surgiria, em 1964, o espetáculo “Rosa de Ouro”, dirigido por Hermínio Belo de Carvalho, protagonizado pelos “Cinco Crioulos”, que, na verdade, era o antigo conjunto “A Voz do Morro” sem a participação de Zé Kéti, que estaria presente apenas com suas composições. O espetáculo seria marcado por dois fatos importantes, o reaparecimento de Aracy Cortes, e a apresentação ao público pela primeira vez de Clementina de Jesus.

No entanto, o grande sucesso da temporada também ali foi urdido e seria, sem dúvida, a primeira manifestação contra a ditadura que se instalara no País: o Show Opinião, título tirado de um samba de Zé Kéti.

O SHOW OPINIÃO

Organizador do livro “Vianinha – Teatro – Televisão – Política”, Fernando Peixoto situa o Opinião da seguinte maneira: “este merece uma



referência maior: dirigido por Augusto Boal, estreou no Rio em fins de 64, dando início às atividades do Grupo Opinião. O espetáculo (roteiro de Viana, Boal, Armando Costa e Paulo Pontes), co-produzido com o Arena de São Paulo, foi uma espécie de ‘show-verdade’ (certamente inspirado nas primeiras experiências de cinema-verdade feitas pelo Cinema Novo), confrontando, a partir de entrevistas e depoimentos dos três intérpretes (Nara Leão, Zé Kéti, João do Vale), três camadas sociais. Uma forma de protesto que teve imediato sucesso e grande repercussão. O grupo foi organizado com um projeto cultural e político definido, conhecendo o peso das consequências: resistir”.

Embora ressaltasse que “a realidade brasileira é imensa demais para solicitar um tipo de espetáculo”, Vianinha admitia que “do Zicartola, das experiências do cinema-verdade, do teatro de rua, dos poetas voltando à poesia oral – surgiu o Opinião, primeiro espetáculo do Grupo Opinião (apresentado em São Paulo em abril deste ano)”.

Se o CPC da UNE não tivesse feito nada, o que não é verdade, durante sua curta existência, a existência do “Opinião” já teria valido à pena.

Embora não existisse mais o CPC, o espetáculo foi montado exatamente em cima da linha de trabalho que tinha sido pausada por aquela organização cultural da juventude.

O show era estruturado em cima de música regional como “Pebe na Pimenta” e “Carcará”, de João do Vale e parceiros; literatura de cordel, como “Desafio”, diálogo extraído do livro “Eu sou o cego Aderaldo”; teatro, “Missa Agrária” (trecho da peça musical de Gianfrancesco Guarnieri/Carlos Lyra); música de cinema, com “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, de Glauber Rocha e

Sérgio Ricardo; a música folclórica “Incelença”, música de novos compositores como “Bo-randa”, de Edu Lobo, e sambas como “O Favelado”, “Nega Dina”, “Malvadeza Durão”, “Cicatriz” e “Opinião”, todos de autoria de Zé Kéti, sendo o penúltimo em parceria com Hermínio Belo de Carvalho.

A música “Carcará” virou sucesso nacional e marca registrada de Maria Bethânia, que substituiria Nara Leão no decorrer do Opinião e se transferira da Bahia para o Rio de Janeiro em busca de oportunidade.

O samba “Opinião”, cuja letra dizia: “Podem me bater/ Podem me prender/ Que eu não mudo de opinião/ Aqui do morro eu não saio não/ Se não tem água eu furo um poço/ Se não tem carne/ Eu compro osso/ E boto na sopa/ E deixa andar/ Deixa andar/ fale de mim/ Quem quiser falar/ Aqui eu não pago aluguel/ Se eu morrer amanhã, seu Doutor/ Estou pertinho do céu”, virou uma espécie de hino da resistência contra o cerceamento da liberdade que se abatia sobre o Brasil, naquele ano de 1964.

Embora fosse baseado na realidade vivida por uma parcela da população do Rio de Janeiro, funcionava como uma metáfora perfeita para a situação do País. Possivelmente quando o fez, Zé Kéti partiu da situação das favelas do Rio de Janeiro, que cresciam sua mobilização contra as remoções.

A resistência começou em 1954 com a criação da União dos Trabalhadores Favelados do Morro do Borel. No ano de 1963, é criada a FAFEG (Federação das Associações de Favelas da Guanabara), sob a liderança de Vicente Mariano, presidente da Associação da Vila Proletária da Penha. Exatamente no ano de 1964, realiza-se o 1º Congresso da FAFEG e a luta central dos moradores era contrapor a política de remoções do Governo Lacerda, à transformação das

favelas em bairros populares, segundo a “Revista do 4º Congresso de Favelas do Estado do Rio de Janeiro”.

A luta política no Brasil se acirrou nos anos pós-64, na medida em que a resistência também começou a crescer. Assim como houve desaparecimentos, cassações, fechamento de sindicatos e do Congresso, também houve perseguições e, com certeza, algum prego Zé Kéti pagou anos mais tarde por estas suas composições e atitudes que revelam um sambista com consciência social, a ponto de ter ido visitar os exilados brasileiros na embaixada da Bolívia, em 1964.

ZÉ KÉTI É CARNAVAL

O Carnaval cumpriu e cumpre um papel fundamental na evolução do samba e da nossa música. Maior festa popular brasileira e tendo no desfile das Escolas de Samba algo que pode ser denominado por alguns o maior espetáculo da Terra, é fonte de inspiração constante para os nossos compositores.

Sambista completo, Zé Kéti não ficaria de fora da folia, era comum sua participação nos principais certames do reinado de Momo. Fez sucesso com o samba de sua autoria “Amor de Carnaval”, em 1968, quando venceu o 2º Concurso de Músicas de Carnaval, no Maracanãzinho. Repetiria a dose em 1969, vencendo o Carnaval como intérprete da marcha-rancho “Avenida Iluminada”.

No entanto, no gênero carnavalesco seu sucesso insuperável foi a marcha-rancho “Máscara Negra”, em parceria com Hildebrando Pereira, que certamente se inscreve entre as mais belas compostas no País, em todos os tempos. Isso num momento em que o gênero estava já em decadência.

O sucesso de “Máscara Negra” lhe custou uma campanha caluniosa, quanto a autoria da

A partir do seu retorno vitorioso à Portela e ancorado no prestígio que granjeara no mundo do samba, Zé Kéti organiza o conjunto “A Voz do Morro” (foto), quando, ao lado dos portelenses Jair do Cavaquinho, Oscar Bigode (Diretor de Bateria), o estreante Paulinho da Viola e Zé Cruz, reúne o mangueirense Nelson Sargento, o salgueirense Anescarzinho e o compositor egresso da Aprendizizes de Lucas, Elton Medeiros

marcha. Segundo o jornalista João Máximo, foi obra de David Nasser, seu concorrente na disputa com uma marchinha tão boa que hoje ninguém lembra mais qual era, sob a alegação de que Zé Kéti era comprometido com as esquerdas, como se isso desqualificasse qualquer cidadão de bem. A campanha foi ampliada pelo apresentador Flávio Cavalcanti, que, ironicamente, durante anos usara sem permissão do autor e sem lhe pagar um tostão, o samba “A Voz do Morro” na abertura do programa de sucessos na televisão “Noite de Gala”.

Este foi o esperneio dos conservadores contra este que por seu talento e atitudes merece, sem dúvida, estar no panteon dos grandes construtores da música brasileira no século que passou.

José Flores de Jesus, o Zé Kéti, assim como seu pai, o marujo revoltoso contra injustiças, brigou até o final dos seus dias para tirar o samba do gueto. Teve papel proeminente no cinema nacional, caso único entre os nossos sambistas.

Organizou conjuntos, estimulando a profissionalização, que não era outra coisa senão dar o verdadeiro valor à arte popular.

Participou do Teatro, sendo protagonista do Show Opinião, um musical que se tornou referência no gênero e nisso também é um caso único entre compositores populares.

Teve espírito empreendedor suficiente para evoluir de operário da construção civil a comerciante e até concessionário de serviços públicos, passando também pela função de colunista de jornal.

Toda essa trajetória calcada numa obra de centenas de composições, algumas ainda inéditas, com diversas delas já definitivamente incluídas na antologia da Música Popular Brasileira, como “Drama Universal”, “Opinião”, “Malvadeza Durão” e “A Voz do Morro”.

Íntegra do texto no site